



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TAINÁ MARIA DE OLIVEIRA SANTOS

**TERRITORIALIDADES NO AGRESTE PARAIBANO: AS MULHERES E SUAS
PRÁTICAS NA REDE BORBOREMA DE AGROECOLOGIA**

FORTALEZA
2023

TAINÁ MARIA DE OLIVEIRA SANTOS

TERRITORIALIDADES NO AGRESTE PARAIBANO: AS MULHERES E SUAS
PRÁTICAS NA REDE BORBOREMA DE AGROECOLOGIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de Concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira

Coorientador: Prof. Dr. Josias Castro Galvão

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S239t Santos, Tainá Maria de Oliveira.
Territorialidades no Agreste Paraibano : as mulheres e suas práticas na Rede Borborema de Agroecologia / Tainá Maria de Oliveira Santos. – 2023.
100 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2023.
Orientação: Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira.
Coorientação: Profa. Dra. Josias Castro Galvão.
1. Agroecologia. 2. Mulheres Camponesas. 3. Agreste Paraibano. 4. Certificação Participativa. 5. Território. I. Título.

CDD 910

TAINÁ MARIA DE OLIVEIRA SANTOS

TERRITORIALIDADES NO AGRESTE PARAIBANO: AS MULHERES E SUAS
PRÁTICAS NA REDE BORBOREMA DE AGROECOLOGIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de Concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Aprovada em:26/09/2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Josias de Castro Galvão (Coorientador)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Profa. Dra. Mariana Borba de Oliveira (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Profa. Dra. Roberta de Fátima Rodrigues Coelho (Examinadora Externa)
Instituto Federal do Pará (IFPA) – Campus Castanhal

Às famílias camponesas do Agreste Paraibano, especialmente às que compõem a Rede Borborema de Agroecologia, dedico.

AGRADECIMENTOS

Finalizo este ciclo confiante no meu Orí e nas encruzilhadas e caminhos que me fizeram avançar. A importância da educação para a população da periferia rural é uma urgência, e estes últimos anos foram complicados para a realização de nossos sonhos. Hoje respiro, percebendo o quanto me fortaleci por não desistir dessa formação e acreditar na ideia de uma prática agroecológica.

Agradeço aos profissionais que me acompanharam nessa construção. À orientadora Alexandra, por incentivar e acolher a ideia, de potencializar minha visão acerca do campesinato e enfrentar as viagens de Areia a Fortaleza. Ao Josias, por sua leitura precisa sobre os territórios rurais, a qual me deu confiança e direcionou alguns caminhos.

Agradeço o apoio da minha família, pelas rezas e bênçãos no enfrentamento deste mundo, por sempre acreditarem na educação enquanto liberdade. À família que construí em Fortaleza, por dividir tempo-espço nos anos difíceis que estivemos juntos, agora temos o que comemorar!

Agradeço a meus companheiros de cuidado, pelas tardes de café e pelos dias que o pôr-do-sol e as caminhadas foram centrais para o equilíbrio do corpo-mente. Era importante sair de casa e me sentir viva, mesmo após esses anos de isolamento e de medo. Hoje, somos fortalecidos por escolhermos grandes amigos, entendendo nosso tempo e nossas angústias numa sociedade tão cansada. Respiremos!

Agradeço aos que fizeram esta pesquisa acontecer, foi um trabalho coletivo. E, aos integrantes da Rede Borborema de Agroecologia, só tenho respeito pelos saberes, simplicidade, resiliência na transparência de confiarem e serem confiantes. O trabalho e a história de vida de cada um que faz a rede acontecer mostram como as tessituras são fortalecidas quando há um interesse pela gestão democrática.

Da Luta eu não fujo. É melhor morrer na
Luta do que morrer de fome (ALVES, 1983)

RESUMO

A inserção das mulheres do campo nas políticas públicas de produção de alimentos no Brasil tem sido resultado da organização camponesa e das mobilizações nas ruas, na luta por reconhecimento do seu trabalho e melhores condições de vida no campo. Na Paraíba a Rede Borborema de Agroecologia tem dinamizado a organização e o trabalho das mulheres com a agroecologia na produção de alimentos e algodão. No processo, a identidade camponesa produtora agroecológica tem se firmado com o acesso a políticas públicas e na constituição da autonomia no trabalho e na gestão dos bens comuns em seus territórios. Com o intuito de entender como a Agroecologia influencia o cotidiano dos seres humanos, esta pesquisa teve por pressupostos o movimento contraditório da produção do capital na sociedade moderna. Ou seja, ao mesmo tempo que o neoliberalismo econômico aponta para uma homogeneização da produção agrícola via agronegócio, esse mesmo modo de produção revela práticas, destacando que as mulheres camponesas caminham para a superação de monoculturas a partir da agroecologia, dinamizando, portanto, de caminhos diversos e alternativos. Nessa esteira, temos como objetivo geral analisar as territorialidades das mulheres que atuam nas redes de certificação agroecológica na produção sustentável dos alimentos e do cuidado. Para isso, buscou-se: a) revelar a certificação orgânica participativa como conquista do campesinato brasileiro; b) discutir a Agroecologia como um movimento que organiza o campesinato; e c) identificar as territorialidades das mulheres camponesas na Borborema. A centralidade da pesquisa está na ação participante de abordagem qualitativa para entender as relações sociais e paisagísticas, visto que as pessoas estão inseridas em seus cotidianos, atravessadas por uma cultura e por um modo de vida, assim, representam um lugar a partir de uma identidade. Nesse sentido, temos o recorte territorial do Assentamento Queimadas, um espaço agrário da Mesorregião do Agreste Paraibano e Microrregião do Curimataú Ocidental, zona rural do município de Remígio no qual encontra-se a sede do OPAC/SPG Rede Borborema de Agroecologia, considerado o primeiro Sistema Participativo de Garantia (SPG) do estado, fundado em 23 de julho de 2013. Como resultados, compreendeu-se que na prática, o algodão orgânico agroecológico é uma experiência que aproximou os camponeses aos caminhos da certificação participativa. A garantia para toda produção vegetal e primária, o certificado e o direito à comercialização, são

estratégias para manter as diversidades locais no semiárido paraibano. A trajetória de vida das mulheres revela uma aproximação com as práticas, artesanais como fazer a vassoura da palha de Macambira, conhecimentos sobre ervas medicinais e a abertura para experiências como intercâmbios, manifestações nas cidades e interesse pela socialização. As mulheres da RBA apresentam mobilidades, articulações com movimentos sociais e o trabalho com a educação, vendas institucionais e fortalecimento na escuta e organização popular.

Palavras-chave: Agroecologia; mulheres camponesas; Agreste paraibano; certificação participativa.

ABSTRACT

The inclusion of rural women in public food production policies in Brazil has been the result of peasant organization and mobilizations in the streets, in the struggle for recognition of their work and better living conditions in the countryside. In Paraíba, the Borborema Agroecology Network has boosted women's organization and work with agroecology in food and cotton production. In the process, the identity of peasant agroecological producers has been strengthened through access to public policies and the constitution of autonomy in work and in the management of common goods in their territories. In order to understand how agroecology influences the daily lives of human beings, this research was based on the contradictory movement of capital production in modern society. In other words, at the same time as economic neoliberalism points to a homogenization of agricultural production via agribusiness, this same mode of production reveals practices, highlighting that peasant women are moving towards overcoming monocultures based on agroecology, and are therefore taking different and alternative paths. With this in mind, our general objective is to analyze the territorialities of women who work in agroecological certification networks in the sustainable production of food and care. With this in mind, our general objective is to analyze the territorialities of women who work in agroecological certification networks in the sustainable production of food and care. To this end, we sought to: a) reveal participatory organic certification as an achievement of the Brazilian peasantry; b) discuss agroecology as a movement that organizes the peasantry; and c) identify the territorialities of peasant women in Borborema. The centrality of the research lies in participant action with a qualitative approach in order to understand social and landscape relations, given that people are inserted in their daily lives, crossed by a culture and a way of life, and thus represent a place based on an identity. In this sense, we have the territorial focus of the Queimadas Settlement, an agrarian space in the Agreste Paraibano Mesoregion and Western Curimataú Microregion, in the rural area of the municipality of Remígio, where the headquarters of the OPAC/SPG Rede Borborema de Agroecologia (Borborema Agroecology Network), considered the first Participatory Guarantee System (SPG) in the state, was founded on July 23, 2013. The results show that in practice, organic agroecological cotton is an experience that has brought peasants closer to the path of participatory certification. The guarantee for all plant and primary production, the certificate and the right to market are strategies

for maintaining local diversity in the semi-arid region of Paraiba. The women's life trajectory reveals a rapprochement with handicraft practices such as making brooms from Macambira straw, knowledge of medicinal herbs and an openness to experiences such as exchanges, demonstrations in cities and an interest in socializing. The women of the RBA are mobile, articulate with social movements and work with education, institutional sales and strengthen their listening and popular organization.

Keywords: Agroecology; peasant women; Agreste paraibano; participatory certification.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa de localização do Assentamento Queimadas/Remígio – PB.....	19
Figura 2 –	Galpão do Assentamento Queimadas.....	21
Figura 3 –	Entrada do Assentamento Queimadas, PB 104.....	21
Figura 4 –	Abordagem metodológica utilizada como Manual de Técnicas para uma produção orgânica utilizada pela Rede Borborema de Agroecologia.....	36
Figura 5 –	OPAC e suas normativas.....	41
Figura 6 –	Instâncias da rede e registro da Assembleia Geral em agosto de 2022.....	47
Figura 7 –	Assembleia Geral Extraordinária 2023.....	48
Figura 8 –	Galpão do Assentamento Queimadas com a pluma do Algodão em fardos.....	49
Figura 9 –	III Feira da Rede Borborema e relato das histórias sobre a ocupação do Assentamento Queimadas.....	50
Figura 10 –	Final da Assembleia Geral.....	52
Figura 11 –	Foto histórica de Margarida Maria Alves, no largo da Catedral em Guarabira – Paraíba – juntamente com o Lula (Maio de 1983).....	55
Figura 12 –	Símbolo de referência das Ligas Camponesas na Paraíba. Sapé 2023.....	56
Figura 13 –	Elizabete Teixeira em fevereiro de 2023.....	56

Figura 14 –	Mulheres em mobilidade pelas estradas do Assentamento Queimadas.....	58
Figura 15 –	I Feira da Rede Borborema de Agroecologia.....	59
Figura 16 –	Oficina de artesanato com o Grupo de Mulheres Artesãs de Remígio.....	60
Figura 17 –	Gelda e Célia segurando a cachorra Flor, no Assentamento Celso Furtado	61
Figura 18 –	Célia e Gelda caminhando no lote, ao redor uma grande variedade de espécies que são roçadas e adicionadas à palma, para alimentação animal.	65
Figura 19 –	A cozinha comunitária do Galpão.....	68
Figura 20 –	Fabiana agricultora da Rede Borborema de Agroecologia na venda de almoço durante o Dia de Campo da Embrapa – Galpão do Assentamento Queimadas.....	69
Figura 21 –	Cartaz com o Regimento Interno do Coletivo de Mulheres, no Assentamento Celso Furtado.....	70
Figura 22 –	Reunião no Assentamento Celso Furtado.....	76
Figura 23 –	Professora Cristina, Amália e Amélia durante o Dia de Campo da Embrapa, no Galpão do Assentamento Queimadas, na venda sabonetes, perfumes e incensos.....	71
Figura 24 –	Conversa com Maria de Nazaré no Galpão do Assentamento Queimadas, onde estava responsável pela venda dos produtos da família.....	73
Figura 25 –	Caminhada Transversal da casa de Maria para sua filha Josefa, Assentamento Queimadas.....	74
Figura 26 –	Matriz do Uso de Tempo	75
Figura 27 –	Captação de água para animais.....	76

Figura 28 –	Vânia recebendo uma lembrança da representante da FAO, no Galpão do Assentamento Queimadas.....	77
Figura 29 –	Cisterna Calçadão com sementes de milho e de girassol.....	78
Figura 30 –	Visita da FAO no roçado do Coletivo Feminino no Assentamento Queimadas.....	78
Figura 31 –	Momento da distribuição das pulseiras, onde Suzana orienta a inscrição do nome e entrega a pulseira.....	79
Figura 32 –	Chegada no Roçado das Mulheres.....	80
Figura 33 –	Diário de Campo elaborado por Vânia.....	80
Figura 34 –	Caderno de Campo de Fabiana.....	82
Figura 35 –	Finalização do Campo na área do Coletivo Feminino.....	83
Figura 36 –	1º trio da Marcha, cantando e puxando as canções.....	85
Figura 37 –	Estandarte das Mulheres camponesas de Remígio, durante a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.....	85
Figura 38 –	Grupos e organização sobre os direitos das mulheres na 14ª Marcha pela vida das mulheres e pela Agroecologia.....	86
Figura 39 –	Grupo de agricultoras com seus instrumentos de trabalho como matraca, cheias de sementes de milho e feijão ao som de “Plantadeira”.....	86
Figura 40 –	Canções da Marcha pela vida das Mulheres e pela Agroecologia.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Calendário e descrições das atividades de campo.....	16
Quadro 2 –	Breve Histórico da agricultura orgânica no Brasil.....	22
Quadro 3 –	Continentes e a situação dos SPGs.....	36
Quadro 4 –	Descrevendo os cargos do Estatuto da Rede Borborema de Agroecologia.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCS	Bancos Comunitários de Sementes
CAF	Cadastro da Agricultura Familiar
CSAO	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FiBL	Research Institute of Organic Agriculture
FORG	Fórum Orgânico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOAM	Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
MAPA	Ministério da Agricultura
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMB	Movimento de Mulheres do Brejo
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
OCS	Organismo de Controle Social
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organizações Não Governamentais
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Paraíba
PTC	Programa Territórios da Cidadania
RBA	Rede Borborema de Agroecologia
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SiSorg	Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica
SPG	Sistema Participativo de Garantia
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFC	Universidade Federal do Ceará

UFPB Universidade Federal da Paraíba

UFRRJ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	Encontros com a pesquisa.....	19
1.2	Caminhos metodológicos da pesquisa.....	20
2	TERRITÓRIO E PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ESTADO DA PARAÍBA.....	29
2.1	Território e trabalho das mulheres no contexto histórico.....	32
3	OS CAMINHOS E EXPERIÊNCIAS DE UMA PRÁTICA COLETIVA.....	36
3.1	A Legislação dos orgânicos e a certificação participativa como conquista.....	38
3.2	Tecendo os caminhos da certificação e a Geografia dessa prática.....	43
3.3	O estatuto social da Rede Borborema de Agroecologia.....	46
4	AS MULHERES DA REDE BORBOREMA DE AGROECOLOGIA.....	53
4.1	Pioneiras Paraibanas: experiências nas vidas de Margarida Maria Alves e Elizabeth Teixeira.....	53
4.2	Emancipação das Mulheres e o papel da Agroecologia: as lideranças e seus legados.....	57
4.3	Aspectos de permanência das mulheres no Assentamento Queimadas – Remígio – Paraíba.....	72
4.4	Lutas do campo à cidade.....	84
	O Plantio e o Cuidado: trabalhos indissociáveis.....	87
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
	REFERÊNCIAS.....	90

1 INTRODUÇÃO

1.1. Encontros com a pesquisa

O estudo sobre a Agroecologia e as mulheres camponesas surgiu a partir da minha¹ identificação com a temática enquanto mulher, camponesa da zona rural. Sou residente do município de Areia, Paraíba - Brasil, e conviver nesse recorte territorial remete diretamente aos processos de identidade camponesa e construção das relações, entre elas, a territorialidade.

Os diálogos relacionados as marcas e demandas de trabalho doméstico, enfatizando o contexto diário das mulheres camponesas é o intuito deste trabalho. Entre vivências agroecológicas, algo me chamou a atenção: as discussões sobre o lugar que as mulheres ocupavam e a forma como discutiam a divisão do trabalho, uma vez que isso envolvia principalmente as tarefas relativas ao cuidado e à alimentação.

O objetivo geral da pesquisa é entender as territorialidades desenvolvidas através do cotidiano das mulheres que atuam nas bases de certificação participativa agroecológica, no Sistema Participativo de Garantia Rede Borborema de Agroecologia. Neste sentido, buscou-se: a) compreender as questões que abordam o território, a territorialidade e as redes de identidade camponesa; b) destacar a certificação participativa enquanto uma conquista do campesinato brasileiro; c) identificar as territorialidades das mulheres camponesas do Assentamento Queimadas e seus diálogos com a Agroecologia, no município de Remígio – Paraíba.

A importância da discussão na Geografia surge através da interseção da vivência com o camponês sobre diversos territórios, seja nas sedes de associações, suas casas, roçados, caminhos percorridos, manifestações e como seus modos de vida sustentam resistências e contradições. Esta compreensão de como a Agroecologia amplia a rede de produção dos alimentos atrelados à qualidade de vida, é entendido por Silva (2019, p.70) enquanto a “integração dos movimentos sociais com a academia, com a diversidade camponesa e com setores públicos sensíveis a causa camponesa que contribuem para a promoção da agroecologia”.

A Rede Borborema de Agroecologia, é entendida enquanto uma organização de agricultores que praticam manejos e conservação de conhecimentos, destacando a luta pela conquista da valorização de saberes locais associados à

¹ Pela natureza da pesquisa, será visto em alguns momentos do texto a fala em primeira pessoa do singular.

produção diversa e modelo para iniciativas, como no caso da cultura do Algodão orgânico e agroecológico. De acordo com Raffestin (1980, p. 135) “os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados”. É através da constituição dos sistemas de malhas, nós e redes podemos trabalhar a importância de contribuir para a construção social de uma estrutura social.

Mesmo com as práticas ancestrais dos camponeses, para existir uma comercialização em determinados mercados como as compras institucionais, existe uma Legislação Orgânica constituída enquanto manejos e ações, prevista na Lei 10.831 no ano de 2003, figurando um decreto que posteriormente caracteriza a certificação participativa enquanto

conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas, sendo submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa (Brasil, 2007).

Os indicadores de conflitos acerca dos selos são diversos, principalmente a visão de que o consumo de produção orgânica é caro e de difícil acesso, principalmente para a população urbana. As relações são atribuídas pela forma como as práticas ecológicas também se tornaram mercadorias, mas como os selos são importantes para determinados tipos de comercialização e como grandes empresas que utilizam destes, muitas vezes não dialogam com as questões sociais e evidenciam os trabalhos análogos à escravidão.

Estruturas semelhantes que potencializam práticas escravistas, portanto, longe de uma produção agroecológica e socialmente justa, ocorreu em Bento Gonçalves² – Rio Grande do sul, nas vinícolas. Estes casos que repercutem, partem das grandes estruturas capitalistas, que lucram na adesão sobre os selos que certificam determinadas produções, mas não debatem os temas socialmente conquistados pela comunidade camponesa e movimentos sociais. O destaque desta pesquisa, vai para o recorte socioterritorial onde trata-se da certificação enquanto uma necessidade de afirmação das práticas e seus interesses na Agroecologia.

A certificação participativa difere-se dos outros tipos de mecanismos de certificação, por exemplo, da auditoria e próxima do Organismo de Controle Social

² <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/03/vinícolas-de-bento-goncalves-envolvidas-com-trabalho-analogo-a-escravidao-assinam-acordo-com-a-justica.ghtml> (Acesso em 24 de Agosto de 2023)

(OCS), foi baseada nos critérios das diretrizes normativas, as quais validam a prática e a comercialização. A ênfase na biodiversidade local e diversas formas de manejos como consórcios, tratos com o solo, produção e compreensão de pragas, sem a utilização de agrotóxicos, assim como as condições de trabalho de jovens e mulheres, permitem o diálogo entre redes multiterritoriais econômicas e culturais, promovendo novas territorialidades nos movimentos agroecológicos locais.

Diante dessa condição, inicialmente, busquei observar essa necessidade e as formas de organizações de bases agroecológicas, bem como a questão da certificação participativa como um dos elementos que organizam o conhecimento sobre a terra e validam uma prática. Observei como os pontos de partidas neoliberais, acerca de uma produção, são exigências mercadológicas que podem definir uma prática.

Observa-se a relação de práticas no território e relação de acumulação do capital, percebe-se que tais condições de perseguição e subalternização com relação à autonomia são refletidas no acesso à terra e à distribuição de renda. Na compreensão desse eixo temático, Federici (2016) considerou que, na condição histórica, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas, bem como quando trabalhavam em troca de pagamento para sua subsistência e de sua família.

A relevância da pesquisa para a Geografia e Agroecologia direciona enquanto influência para o entendimento do cotidiano, este trabalho baseou-se no enfrentamento das demandas de produção do capital e em como as trajetórias de vida das mulheres camponesas possibilitou que elas superassem as monoculturas a partir de caminhos diversos e alternativos. Diante da leitura sobre o campesinato e as mulheres, a questão é entender como a Agroecologia influencia nas ações e cotidianos das mulheres, fortalecendo territorialidades no recorte do Assentamento Queimadas e Celso Furtado, microrregião do Curimataú Ocidental do Agreste Paraibano.

1.2 Caminhos metodológicos da pesquisa

A pesquisa, no geral, trata-se de um estudo relacionado às mulheres camponesas e a suas atuações nas redes agroecológicas, tendo como especificidade, a atuação nas formas de certificação participativa atuantes no Agreste Paraibano. O estudo foi iniciado durante o cenário de pandemia global, com restrições de contato

presencial entre grupos, foram evidenciadas as tendências de mudanças, como a adaptação ao Home Office para muitos tipos de trabalho, incluindo a pesquisa e, posteriormente, as abordagens metodológicas iniciais.

Entre limites e protocolos, foram elaborados diálogos a partir do conceito de territorialidade e redes. Tivemos participação em lives dos grupos de pesquisas das universidades, atividades de extensão rural apresentadas enquanto experiências locais, com ênfase no semiárido nordestino, aulas online do PPGGEO da Universidade Federal do Ceará (UFC) e no curso de Agroecologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Inicialmente optou-se pela investigação da Agroecologia enquanto uma ciência que abrange para além da questão ambiental, onde direciona os envolvidos aos embates sociais, políticos, culturais e localmente distintos. A partir da leitura em Marques (2019), Hirata e Rocha (2020), Silva (2019), Oliveira (2021) evidenciou-se aspectos e a construção da legislação dos orgânicos no Brasil.

Foi no sentido de uma escala específica de investigação sobre a certificação participativa que mapeei o município de Remígio, devido a suas particularidades correlacionadas ao tema. Sendo assim, estavam presentes, nesse município, os mecanismos de produção que dialogam sobre manejos e práticas diversas, a ONG Arribaça e o OPAC/SPG Rede Borborema de Agroecologia.

Optou-se pela metodologia de ação participante, utilizada por Silva (2019, p. 34) onde se trabalha com o conceito de rede através dos Bancos Comunitários de Sementes (BCS's) no Polo da Borborema, região de influência caracterizada a partir do conceito de Territórios da Cidadania. Esta discussão, remete-se a etapa do trabalho de campo, onde foram “realizados em áreas de ações agroecológicas: em sítios, eventos que promoveram à agroecologia, nas sedes das entidades selecionadas e eventos nacionais, regionais e locais”.

O contato com representantes desses grupos, para a obtenção de respostas ocorreu através de um convite para uma reunião da Associação dos Agricultores do Assentamento Queimadas, onde fica a sede e escritório da Rede Borborema de Agroecologia. Nesse momento, tive o primeiro contato e visita de campo, quando optei por uma abordagem de observação participante, “ao buscar a inserção do trabalho nos grupos” (OLIVEIRA, 2017, p. 18).

Posteriormente, foram realizadas as visitas no Assentamento Queimadas, surgindo duas visitas ao Assentamento Celso Furtado, o qual pertence ao município

de Areia, (PB) totalizando dez visitas ao longo desse tempo (Quadro 1), com o objetivo de “conhecer as histórias sobre o início da organização, a origem dos camponeses” (OLIVEIRA, 2017, p. 19).

Quadro 1 – Calendário e descrições das atividades de campo

CALENDÁRIO DAS ATIVIDADES DE CAMPO			
2022		2023	
Data	Descrição das atividades	Data	Descrição das atividades
04/04/2022	Fui convidada para uma reunião entre os agricultores e o engenheiro agrônomo Marenilson, mediada por Alexandre, agricultor e presidente da Rede Borborema de Agroecologia.	11/02/2023	III Feira da rede e Assembleia Geral para o pagamento das contas de 2022.
14/06/2022	Dia de Campo e aplicação de experimento no roçado de Zé de Sinésio com a presença de técnico da Embrapa, alunos e professores do ECIT José Bronzeado Sobrinho, Universidade Estadual da Paraíba, Universidade Federal de Campina Grande e Universidade Federal do Ceará.	15/02/2023	Vivência no assentamento com descanso na casa de Fabiana e aplicação de questionários.
07/08/2022	I Feira da Rede e Assembleia Geral.	16/02/2023	Vivência e caminhadas pelo assentamento com Maria, filhas e netos. Aplicação de questionários e elaboração das matrizes de produção, fluxo de produção e distribuição de tarefas.

Continua.

Quadro 1 – Calendário e descrições das atividades de campo (*Conclusão*)

CALENDÁRIO DAS ATIVIDADES DE CAMPO	
2022	2023

13/08/2022	Visita de representantes da FAO e comercialização dos produtos que representavam a I feira de rede.	05/03/2023	Reunião da Rede Borborema de Agroecologia no Assentamento Celso Furtado com o novo coletivo de mulheres que se formou da Rede Borborema de Agroecologia.
01/09/2022	Oficina de Certificação Participativa da Comissão de Avaliação, no formato virtual.	16/03/2023	Marcha pela vida das mulheres e pela Agroecologia – Montadas/Paraíba
23/10/2022	II Feira da rede e dia de Campo da Embrapa Algodão, para visita aos experimentos com destaque para o Coletivo Feminino.	30/08/2023	Finalização da pesquisa

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Ao buscar uma aproximação sobre a área, encontramos diversos materiais elaborados pelos agricultores que participam do Sistema Participativo de Garantia (SPG) como as Cadernetas Agroecológicas. Pereira (2018) afirma que as cadernetas agroecológicas consiste na orientação e sistematização dos conhecimentos da família sobre a área de produção. O material produzido trabalha com perguntas e respostas que podem ser descritas por meio da forma escrita ortográfica, por desenhos e por símbolos. Esse material produzido pelas famílias contém mapas cognitivos ou cartografias sociais.

Santos (2016, p. 274) também reconheceu a “importância da cartografia social como possibilidade de reprodução do próprio conhecimento enquanto seres pensantes e reflexivos”. Dimensionando as construções como um atlas de narrativas, esse sistema de garantia de alimentos possui exigências metodológicas básicas, em que, inicialmente, é fundamental uma elaboração do croqui da área do agricultor. Nesse caso, a atualização da área é realizada todo ano, para a validação das práticas ecológicas no território.

A escolha pelo recorte do território-rede da Rede Borborema de Agroecologia tem como base as organizações camponesas de Assentamentos de Reforma Agrária, o Assentamento Queimadas, Oziel Pereira e Celso Furtado, frutos da mobilização e luta pela terra, vivenciada na PB-105, que interliga os municípios de

Remígio, Areia e Arara. Nestes territórios revelam-se as trajetórias de vidas das mulheres que atuam no Sistema Participativo de Garantia e políticas

o reconhecimento dos assentamentos como uma importante forma de resistência camponesa, dado que os mesmos possibilitam organizadamente o desenvolvimento de um maior número de estratégias para a reprodução das famílias do campo (SANTOS, 2014, p. 26).

Enfatizou-se as atividades dos grupos revelados na pesquisa a partir das atividades e ações participativas, do social, cultural da comunidade, os calendários, destacando informações como atividades agrícolas. Nessa esteira, as informações apresentadas devem ser consideradas essenciais para a compreensão da organização socioespacial dos nossos interlocutores (STAMATO; MOREIRA, 2017).

Os conflitos evidentes na formação de cada assentamento são voltados para a ocupação de terras, mas os estudos feitos entre famílias agricultoras dessa região, voltaram-se no combate as pragas frente o pensamento assim como a valorização dos saberes (RABELLO, 2014).

O ponto-chave da relação com o Sistema Participativo de Garantia (SPG) parte do reconhecimento e identificação, entre os agricultores que reconhecem as práticas como a apresentação de uma nova pessoa ao grupo, a qual tenha o objetivo comum de validar alguma prática de produção agroecológica.

As vivências iniciais se concentraram no Assentamento Queimadas, Remígio (PB), mas, à medida que as relações de pesquisa se expandiram, surgiram os relatos acerca das interligações entre assentamentos. Para entender que a organização das mulheres decorre de um movimento social engajado, Cruz (2014), ressalta as lutas por enfrentamento aos aspectos contra exploração, privação e marginalização socioeconômica, afirmando que há:

Uma grande diversidade de origens sociais, culturais, étnicas, raciais e até civilizatórias, que se expressam em várias linguagens, várias narrativas, vários imaginários e também cosmologias (...) uma politização da cultura, revalorização das memórias, das tradições, da ancestralidade, expressas através da afirmação das múltiplas identidades e diferenças étnicas, de gênero, ambientais (...) criando um emaranhado de idéias e práticas emancipatórias (CRUZ, 2014, p. 39).

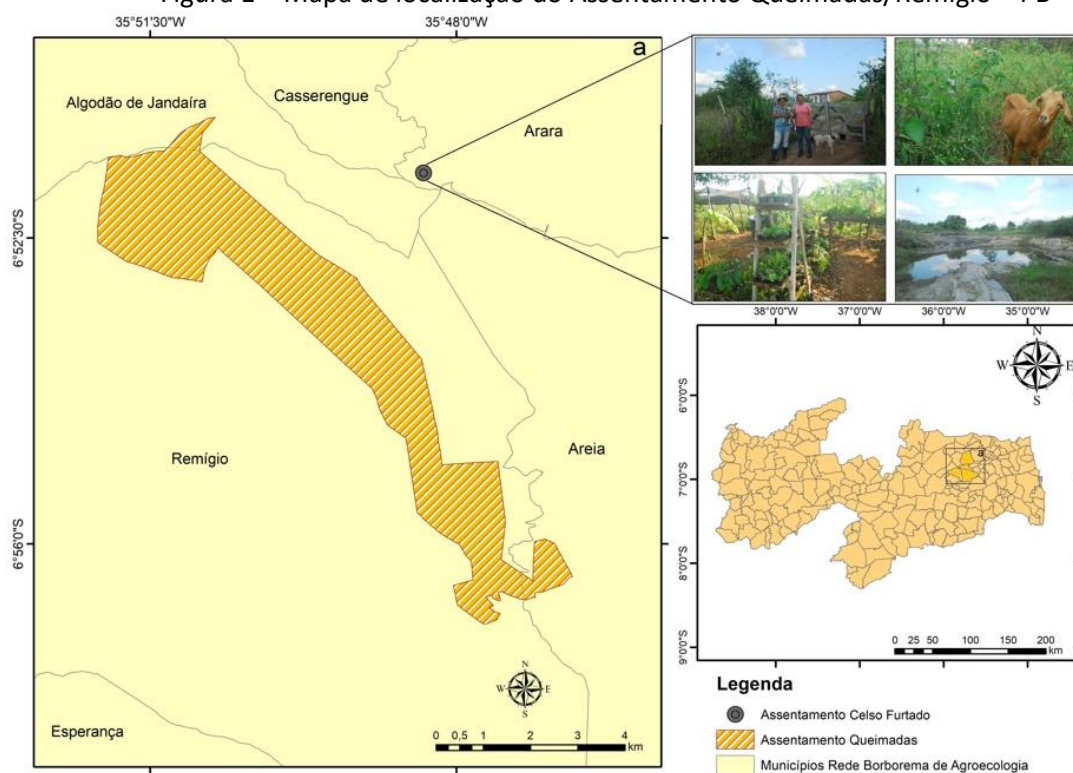
Através da nossa proposta, foi possível aplicação de questionários semiestruturados acerca de dados socioeconômicos, entre mulheres assentadas,

agregadas, integrantes associados e não associados da Rede Borborema de Agroecologia no Assentamento Queimadas, Remígio (PB).

A relevância de tal aplicação se dá pelo interesse das assentadas em contribuir com seus conhecimentos sobre a localidade e a importância da fala sobre seus territórios. Os questionários estão organizados em nove tópicos, destacando: **a)** identificação da área, do proprietário e o tempo de vivência no assentamento; **b)** o perfil da família e suas atividades acerca da produção; **c)** segurança alimentar para entender a frequência do consumo e a aquisição dos alimentos; **d)** a caracterização dos membros da família e demais moradores; **e)** produtos de origem animal, vegetal e demais atividades; **f)** o nível tecnológico das atividades produtivas; **g)** as principais fontes de renda da família; **h)** a capacidade de organização da comunidade; **i)** a infraestrutura, saneamento básico, serviços públicos e organização social.

Nesse sentido, temos o recorte territorial dos Assentamentos Queimadas e Celso Furtado, distribuídos no espaço agrário da Mesorregião do Agreste Paraibano e Microrregião do Curimataú Ocidental, zona rural do município de Remígio e Areia, no qual encontra-se a Organização Participativa de Avaliação da Conformidade/Sistema Participativo de Garantia Rede Borborema de Agroecologia, considerado o primeiro SPG do estado, fundado em 23 de julho de 2013 (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização do Assentamento Queimadas/Remígio – PB



O interesse como destaque para a Mesorregião do Agreste, revela-se através Moreira e Targino (2011, p.154) que identificam como “a região situada entre o Litoral úmido e o Sertão semiárido. Trata-se de uma área fortemente diversificada, tanto no que se refere aos aspectos naturais, quanto do uso da terra, relações de trabalho e potencial econômico”.

Torres (2021, p. 66) caracteriza enquanto “faixa de transição composta por uma forte heterogeneidade de paisagens que ora lembra a imagem minimizado do Nordeste com áreas ora semiáridas, ora subúmidas, ora úmidas”. Permite direcionar o recorte do Agreste em sua diversidade de produção agrícola, assim como a historicidade referente à colonização, destacam aspectos na base construída socialmente.

Andrade (2011, p. 157) destaca o Agreste na Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, caracterizando o perfil da população Agrestina com o destaque para a produção do algodão que “operou, após meados do século XVIII, verdadeira revolução agrária no Agreste”. São as características no ponto de vista da produção agrícola destacadas pelo autor, que caracteriza a importância do estudo sobre o Agreste.

Desse modo, o Agreste essencialmente pecuário do século XVIII, tornou-se predominantemente agrícola nos séculos XIX e XX; a agricultura com a melhoria das condições técnicas, o aumento da densidade demográfica e a construção de boas estradas que ligam a região às capitais de Estado, assim como a maior divisão de propriedade, vai cada vez diversificando-se tornando a região policultora e contribuindo, de forma superior à Mata e ao Sertão, para o abastecimento de grandes cidades nordestinas. (ANDRADE, 2011 p. 166)

Nessa mesorregião do Agreste, que reúne 66 municípios, organizam-se oito microrregiões: Brejo Paraibano, Campina Grande, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Guarabira, Itabaiana e Umbuzeiro. O Assentamento Queimadas fica localizado no Curimataú Ocidental, e a sua localização identificada na divisão dos Territórios da Cidadania como Território da Borborema. Nessa região, como foi considerada anteriormente, existe uma diversidade paisagística onde durante os períodos de chuva o verde é abundante e nos períodos de estiagem predominando uma paleta terrosa. Ao chegar a Remígio, é necessário um transporte para locomoção até o Galpão Assentamento Queimadas (Figura 2), no meu caso,

tratou-se de um mototáxi. Muitos de nossos encontros se deram através deste local, ativado pelas reuniões e atividades agrícolas dos agricultores.

Figura 2 – Galpão do Assentamento Queimadas, Remígio (PB)



Fonte: Autoria própria (2022).

O trajeto não era conhecido, pois, apesar de conhecer a área da PB-104 aos arredores do assentamento, não conhecia o Gabinete, referente ao galpão e escritório da Associação de Agricultores do Assentamento Queimadas, como é reconhecido em trabalhos como o de Moreira (2012).

Figura 3 – Entrada do Assentamento Queimadas, PB 104



Fonte: Autoria própria (2022)

A primeira impressão que temos ao chegar no Curimataú Ocidental vai além o vegetal, físico, biossocial e relevo. A contemplação da paisagem é acompanhada através do céu azul, intenso e carregado de nuvens altas, por vezes baixas, mas

essencialmente admirado pelos que habitam essa região. Muitas vezes carregada de simbologias, o campo de interpretação do agricultor reconhece o céu quando vai chover e quando passará os períodos chuvosos.

Para finalizar os caminhos e intermediar laços com a socialização de agricultores da Rede Borborema de Agroecologia temos o P.A. Queimadas enquanto recorte territorial e propulsor da pesquisa. O Assentamento, tem uma extensão territorial de 1.986.1294 km², organizados em lotes com capacidade de assentar 100 famílias. De acordo com Santos (2022)

O nome do Assentamento tem origem da própria Fazenda que foi ocupada naquela época, e conta-se também que antes acontecia desmatamento no local e queima da vegetação, justificando o nome "Queimadas". Com a luta e conquista das terras, o Assentamento beneficiou 100 famílias de agricultores e na atualidade há em média 150 famílias. Atualmente a Comunidade trabalha com atividades voltadas para a agricultura familiar, agricultura de subsistência, criação de animais, agricultura comercial orgânica e agroecológica, e com destaque para a produção de algodão orgânico. Também há grupos coletivos, grupos de mulheres e grupos de jovens (SANTOS, 2022 p. 11 apud ALMEIDA, 2014)

O trabalho está estruturado em cinco partes, incluindo a introdução, na segunda parte buscamos entender a Agroecologia e a questão do Território, destacando os aspectos de Gênero assim como os conflitos dos camponeses assentados na produção agroecológica. Na terceira parte, buscou-se apresentar a Legislação dos orgânicos e a luta do campesinato pelo acesso ao selo de garantia da produção. Na quarta parte busquei discutir a territorialidade das mulheres, revelando os conhecimentos sobre a natureza e formação de novos coletivos. E por fim, as considerações finais com destaque para os estudos em redes de certificação participativa.

2.0. TERRITÓRIO E PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ESTADO DA PARAÍBA

Este capítulo tem o intuito de investir no conceito de território, para compreendermos características que organizaram o camponês e a relevância dos estudos multiterritoriais na compreensão epistêmica, especialmente no campo da Agrária, Ecologia e Política.

O território enquanto uma categoria de análise, pensado por Raffestin (2011) ressalva a importância de mostrar como se produz um sistema territorial. O território enquanto algo concreto, através das práticas sociais denotam “um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma produção territorial que faz intervir tessitura, nó e rede” (Raffestin, 2011 p. 135).

Raffestin (2011) considera as estruturas sociais diferenciadas, através das tessituras, exprimem seus limites ou fronteiras. O direcionamento se dá para explicar como os limites estruturam redes, ou seja, “toda rede é uma imagem de poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes” (Raffestin, 2011, p. 141).

As redes concretizadas são influências de/para outras, por isso Raffestin (2011, p. 142) considerava o sistema territorial “tanto um meio quanto um fim. Como meio denota um território, uma organização territorial, mas como fim conota uma ideologia da organização”. São as perspectivas de poder que movimentam, enaltecem ou destroem, assim como o exemplo de Souza (2015, p. 78) onde o autor revisita seu conceito acerca do território, mas destaca que “o espaço definido e delimitado por e a partir de relação de poder (...) deve ser entendido como uma primeira aproximação”, sugerindo uma aproximação ao conceito de poder.

Na história do campesinato nordestino, a cultura do Algodão foi considerada enquanto democráticas. Isso porque, conforme Andrade (2011) ao mesmo tempo que era utilizada pelos grandes latifundiários com base na exploração e escravização do trabalho camponês. Foi produzido pelos camponeses em forma de consórcio com milho, coentro, feijão, tanto no sertão quanto no agreste nordestino.

Mas não foram só os grandes proprietários que se lançaram à cultura do algodão; aos poucos pequenos proprietários e moradores passaram logo a semeá-lo nos pedaços de terra de que dispunham, associando-o ao milho e ao feijão, a fim de colher de um mesmo roçado o produto de subsistência e o de venda. Para estes, a produção era pequena, mas as despesas também eram mínimas, pois investiam apenas um pouco de trabalho. Não só a possibilidade de poder fazer a cultura associada, como o fato de ser a mesma de ciclo vegetativo curto e de não ter o agricultor necessidade de industrializar o

produto faziam com que o algodão, mais democrático que a cana, se tornasse cultura de ricos e de pobres. (ANDRADE, 2011 p. 162)

Souza (2015, p. 84) ao destacar a questão da autonomia, principalmente no poder sobre as regras e as ações coletivas dos envolvidos, reforça “o fato das normas poderem ser discutidas e rediscutidas a qualquer momento, podendo ser alteradas (...) indica que se está diante de um poder não heterônomo”. As estratégias de permanência no campo que a territorialidade pode ser pensada, principalmente no que se refere aos saberes, leva a compreender sobre conflitos presentes e vivenciados com a produção do algodão na área de estudo.

A territorialidade através das relações instáveis e estáveis que compõem esta compreensão, sendo estas sensíveis à longo prazo ou não

Tudo reside na relação concebida como processo de troca e/ou comunicação. Processo que precisa de energia e da informação, processo que permite que os atores satisfazerem suas necessidades, ou seja, proporcionar para eles um ganho, mas também um custo. Se ganhos e custos se equilibram, as relações são simétricas, do contrário são dissimétricas. A territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade (...) a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. (RAFFESTIN, 2011, p. 145)

A territorialidade das mulheres camponesas se torna a questão central da pesquisa, diante das profundas raízes entre as trocas de energias, confiança e informação. Conforme o interesse sobre uma ação, uma norma, que é a legislação, os camponeses consolidam seus interesses, como no caso do Algodão Orgânico Agroecológico produzido no Assentamento Queimadas em Remígio (PB). São diversas camadas de resistência, atravessados tanto pela subalternização, que o grupo de camponeses já vivenciaram, quanto na inspiração de luta e organização através de um rigor sobre os parâmetros que definem uma produção agroecológica.

O desenvolvimento territorial do Brasil é marcado por processos relacionadas à colonização europeia, no entanto, diante de toda a existência da modernização enquanto demarcador temporal de poder que desgasta a autonomia dos grupos sociais, a ideia pensada por autores como Chayanov (1974, p. 19) de que “o campesinato coexiste com o capitalismo ao longo da história” é um contraponto interessante para pensar a narrativa da relação território e sociedade, no que se refere ao cotidiano e ao modo de vida camponês atualmente.

A análise multiterritorial, também proposta por Marques (2008, p.12), a qual aponta para a “mudança do recorte espaço-tempo para explicar as condições da agricultura no mundo e no Brasil”. Esse olhar direcionado para a comunidade é uma emergência dos povos que estão na busca por falar sobre seus territórios, com o intuito de garantir permanência, autonomia e reparação histórica, visto que antes só era possível falar sobre esse campesinato enquanto objeto de pesquisa.

Na busca sobre o acesso à terra, temos em Martins (1993, p. 91) que “a luta pela terra não está derrotada, mas está momentaneamente bloqueada”, diante da condição de poder que a terra está relacionada, principalmente no que se refere às oligarquias. Nesse sentido, o autor concorda que “há muitas regiões no Brasil em que a luta popular avançou até o ponto de construir municípios autônomos” (MARTINS, 1993, p. 91), como ocorre no município de Remígio, local de onde Amália³, durante uma conversa inicial sobre o experimento de campo, nos conta que:

(...) No ano de 2013, o Prefeito do município de Remígio, Chió, conseguiu articular campo de experimentos através da Embrapa e a partir de então os agricultores desejava, conversava e articulava entre si em busca de sentido para necessidade de negociação e saída da produção” (Amália, Assentamento Queimadas, Remígio (PB), junho de 2022).

A partir deste conflito entre a necessidade de comercialização do algodão, os agricultores que realizavam a certificação por auditoria se organizaram com a Prefeitura de Remígio, com o OPAC Arribaça e com a Embrapa no intuito de materializar a relação da legislação e das metodologias na prática, pois “muita coisa já sabia e só precisava adaptar à realidade e exigências do ministério” (Amália, Assentamento Queimadas, Remígio, ANO????).

Para Raffestin (2011, p. 157) acredita que a “territorialidade está em crise porque há uma crise profunda nas relações”. O autor vai abordar a questão do estudo das tessituras, por muitas vezes interessante para organizações políticas, acreditando que “não é a malha, o departamento outra coisa qualquer, que é muito pequena, é o poder de agir, de operar, de realizar que não é bastante fluido e bastante livre no território” (Raffestin, 2011 p. 158)

³ Entrevistada 2.

A relevância do estudo sobre a territorialidade, destaca a liderança no campo e a busca por direitos é um movimento constante entre os povos. Martins (1982, p. 40) aponta para os conflitos que representam os monopólios das terras, os quais podem ser destacados desde a “(...) Constituição de 1824, como demarcadora da exclusão política dos pobres, assim como a Lei de Terras a substituição das Sesmarias”.

Pode ser definida por Sack (2011, p. 76) enquanto “a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica”. O autor acredita que a territorialidade é “uma estratégia para estabelecer diferentes níveis de acesso a pessoas, coisas e relações”, dialogando com a ideia de entender como as mulheres controlam suas áreas? Quais os principais desafios na construção de uma base agroecológica?

A ênfase de Sack (2011, p.80) pode ser caracterizada a partir de três definições seja no “envolver uma forma de classificação da área (...) uma forma de comunicação que pode envolver um marco ou um sinal (...)envolver uma tentativa de impor o controle sobre a área”. O que chama atenção para este ponto são os envolvimento entre as tentativas que o autor propõe “reconhecer a territorialidade é uma estratégia geral para estabelecer o acesso as coisas, e apontar para seus efeitos pode ajudar a aprofundar nosso conhecimento em casos particulares” (Sack, 2011 p. 84).

A base dos estudos na Geografia, são destacados por Sack (2011, p.87) diante uma complexidade da territorialidade enquanto pano de fundo, pois “é construída socialmente. Ela assume um ato de vontade e envolve múltiplos níveis de razão e significados”. Por isso, ao pensar que a construção de uma territorialidade envolve o social humano, indicam as relações “casos de transmissão de energia e informação para afetar, influenciar e controlar as ideias e ações dos outros e o acesso deles a recursos. Relações espaciais humanas são os resultados de influência e poder”

2.1. Território e trabalho das mulheres no contexto histórico

O território na Geografia trabalha questões estruturais da consolidação dos espaços, sejam de classe, raça ou gênero. Tais relações estão interligadas e não

podem ser dissociadas apenas pela ideia de unilateralidade científica ou de interesse institucional. O Programa Territórios da Cidadania (PTC) toma a dimensão na leitura do decreto de 25 de fevereiro de 2008. De acordo com este documento

É uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações. Brasil (2009, p.2)

Percebendo que é um conceito evidenciado na prática de trabalho dos grupos que atuam com territórios, o acesso a atividades como a extensão rural e assistência técnica foi limitada desde 2016, após o golpe. Este é um fato importante, visto que o acesso à extensão técnica existe através de um meio de informação, um diálogo entre atividades regionais e administração técnica.

Neste sentido, para compreendermos como existem movimentos políticos que desmobilizam os camponeses, Martins (1982, p. 24) ao relatar sobre a Lei de Terras no Brasil, evidencia um fato sobre a exclusão do camponês e trabalhador rural: “as relações complexas e contraditórias” estariam caracterizadas na concentração fundiária e na redistribuição de terra, as quais determinam as condições de vida dos grupos sociais.

Isto posto, o estudo acerca dos assentamentos rurais abrange a complexidade do acesso à terra frente aos conflitos referentes a re-territorialização, seja . Diante da proposta, entendendo que os assentados passaram por processos de desterritorialização, sejam as movimentações anteriores à posse, visto através de Haesbaert (2007, p.20) onde “existe é um movimento complexo de territorializações, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios”.

A escolha pela referência se dá pela aplicação da pesquisa na Mesorregião do Agreste Paraibano, com ênfase no brejo:

O que vale dizer que se criam a partir dos assentamentos, novos agentes sociais que coletivamente reconhecem a sua força, e com o auxílio de agentes mediadores, buscam legalmente os seus direitos. Portanto, a relevância desse estudo fundamenta-se na própria importância que assume a reforma agrária, particularizada neste caso, na experiência do município de Areia [...]uma vez assentadas, as famílias não produzem apenas mercadorias, mas criam e recriam igualmente a sua existência e o seu espaço

de vida, podendo com isso, promover profundas alterações no território conquistado com repercussões na sociedade local (SANTOS, 2014 p. 26).

Na década de 1970, com a expansão da fronteira agrícola, uma série de benefícios foi garantida para os grandes produtores rurais nas regiões Norte e Centro Oeste do país (OLIVEIRA, 1999). Grande parte dessa expansão teve contribuição significativa do Governo Federal, que criou órgãos responsáveis para a adoção dos pacotes tecnológicos, oriundos da revolução verde. Dentre esses órgãos, podemos citar a Embrapa, fundada em 1973.

Através de um pacote tecnológico, o Brasil tornou-se uma das grandes lideranças mundiais na produção e exportação de *commodities*, com destaque para a soja e o milho. Atualmente, mantém o status de liderança exportadora em algumas commodities, como a cana-de-açúcar, laranja e milho, sendo, também, o segundo maior exportador de soja, atrás apenas dos Estados Unidos.

Mesma existindo o conflito entre as estruturas de grandes produções para exportação, o acesso à alimentação de qualidade, sem veneno é uma prioridade e atenção para a biodiversidade. São aspectos fundamentais para o fortalecimento das políticas institucionais de aquisição de alimentos, nas bases dos quintais produtivos, sistemas participativos, no roçado e/ou associações de trabalhadores rurais em escalas locais e regionais.

O termo trabalhado por Porto-Gonçalves (2002, p. 47), o qual compreende que, “mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente à ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo”. A partir dos processos históricos, excludentes aos negros, indígenas, mulheres, transexuais e de muitos outros corpos subalternizados, percebeu-se o quão urgente está o papel da ciência como r-existência.

A estrutura do sistema capitalista, patriarcal e colonizadora direcionou as políticas de extermínio das comunidades subalternizadas, e são “as mulheres que estão na vanguarda da luta pelos Bens Comuns, elas participam ativamente dos processos de ocupação e autodemarcação dos territórios” (ANA, 2018, p. 21).

Porto-Gonçalvez (2002, p. 46) entendia que os aspectos colonizadores que moldam a América Latina,

Tudo indica que a afirmação da diversidade e o legítimo direito à diferença devam mergulhar na compreensão dos complexos mecanismos por meio

dos quais a opressão, a injustiça e a exploração buscam se legitimar, o que significa compreender as relações entre as dimensões cultural, social, econômica e política e buscar novas epistemes entre os protagonistas que estão impulsionando processos instituintes de novas configurações territoriais. (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 46).

Neste aspecto, Quijano (2005) elabora uma crítica com base na colonialidade do poder, o que dialoga acerca do acesso à terra com Martins (1992), trazendo a condição do trabalho no Brasil, frente às estruturas da colonização, verificando o fator da raça enquanto determinante para entender a estruturas de exploração, base para o capitalismo mundial.

Na medida em que aquela estrutura de controle do trabalho, de recursos e de produtos consistia na articulação conjunta de todas as respectivas formas historicamente conhecidas, estabelecia-se, pela primeira vez na história conhecida, um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. E enquanto se constituía em torno de e em função do capital, seu caráter de conjunto também se estabelecia com característica capitalista. (PORTO- GONÇALVES, 2002, p.118).

Essas estruturas, ao trazermos para nossa realidade, estão travadas nas batalhas cotidianas, para Porto-Gonçalves (2002, p. 142) é “no período neoliberal do sistema mundo moderno-colonial que a relação entre saberes e territórios vem ganhando um sentido mais intenso”.

Nessa esteira, Federici (2016, p. 23) realizou um estudo no intuito de “repensar o desenvolvimento do capitalismo a partir do ponto de vista feminista”, questionando acerca dos permanentes ataques às mulheres. Federici (2016, p. 136) revelou os aspectos por trás da privatização de terras e da miséria dimensionada, pois “um século depois do surgimento do capitalismo agrário, sessenta cidades europeias instituíram alguma forma de assistência social”. Segundo a autora, frente a essa condição de subalternização às práticas coletivas nas terras comunais, as mulheres foram as mais afetadas pela estrutura do cercamento, pois esta considerou apenas o trabalho produtivo como um mercado de valor.

Nesse contexto “elas passaram a encontrar dificuldades maiores do que as dos homens para se sustentar, tendo sido confinadas ao trabalho reprodutivo no exato momento em que esse trabalho estava sendo absolutamente desvalorizado” (FEDERICI, 2016, p. 144-145).

O questionamento acerca dos sistemas de saberes, elaborado por Shiva (2003, p. 22) é que “o primeiro plano da violência desencadeada contra os sistemas locais de saber é não considerá-los um saber. A invisibilidade é a primeira razão pela

qual os sistemas locais entram em colapso”, por isso ao privilegiar o saber local, evidencia a necessidade Agroecologia enquanto campo científico, ampliar seus interesses sobre ecologia política e alternativas, nessa tentativa, considera

o saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante à das monoculturas de variedades de plantas importadas, que leva à substituição e destruição da diversidade local. O saber dominante também destrói as próprias condições para a existência de alternativas, de forma muito semelhante à introdução de monoculturas, que destroem as próprias condições de existência de diversas espécies (Shiva, 2003, p.25)

A Agroecologia pode se tornar uma prática, ou até um fracasso, diante da possibilidade e forma de comunicação, pensando como se leva ao coletivo a necessidade de produzir em um espaço. De acordo com Oliveira (2021, p.216) “a Agroecologia abre um universo de possibilidades para a as mulheres, inclusive na geração de renda a partir do seu trabalho, o que representa uma forte mudança na vida das mulheres em relação à autonomia financeira”.

Percebe-se o interesse por uma base ecológica, mas o trabalho do cuidado, que no geral, abrange a totalidade da reprodução social. Levando em consideração que, por muitas vezes, a produção orgânica não garantirá os direitos mínimos de um trabalho de cuidado, neste caso, a ênfase agroecológica abrange a sistematização de saberes e o bem-viver seus territórios.

3.0. A CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA COMO UMA PRÁTICA COLETIVA

Neste momento, temos o objetivo de entender como a certificação participativa se tornou um caminho de organização e luta das mulheres camponesas que encontram nas redes de solidariedade e força para a superação da exploração e do silêncio, para a busca de conhecimentos e ajuda mútua no trabalho com a Agroecologia.

A partir da experiência enquanto jovem camponesa foi a partir das leituras da obra de Paulo Freire (1983), onde observei uma reflexão sobre a formação de pensamento acerca da extensão. No Brasil, elas são baseadas no modelo da Fundação Rockefeller, a qual é voltada principalmente aos agrônomos, às altas produtividades e a um desenvolvimento que impulsiona tecnologias modernizadoras e que garante uma educação que apenas estende algo ou que apresenta conhecimento moldado.

Freire (1983) despertou meu olhar para o trabalho da extensão rural, principalmente no que se refere ao envolvimento do agricultor no campo, assim como o tipo de comunicação ideal a ser realizada com a comunidade que se pretende atuar, principalmente a crítica de que uma ausência de extensão educativa molda um social pouco interessado e, assim, distante de “reinventar, aquele que é capaz de aplicar o aprendido-aprendido a situações existenciais concretas” (FREIRE, 1983, p. 16).

No contexto passado, não me imaginava na agricultura, sendo essa uma possibilidade distante, não conseguia realizar uma percepção sobre as diferentes formas de produção com bases voltadas para a Agroecologia, em outros termos, isso não depende apenas da vontade do pequeno produtor, o qual, muitas vezes, não tem a assistência técnica do extensionista.

Os conflitos existentes para o produtor agroecológico estão relacionados à dificuldade das famílias camponesas com diversidade produtiva, as quais não têm condição de pagar por uma certificação. Mesmo que possuam uma relação ecológica cotidiana com seu meio, não podem vender seus produtos por não possuírem o selo, sendo a exigência de comercialização inspecionada pelo Ministério da Agricultura (BRASIL, 2020).

Se, por um lado, existe interesse do mercado na comercialização do algodão agroecológico e colorido, este necessita da prática e da manutenção dos camponeses, os quais não se adequam ao uso de pacotes tecnológicos de venenos, por resistência aos monopólios de produção. Assim, trabalham seus ideais e multiplicam saberes diante do fato de não produzirem apenas algodão em suas propriedades. Eles se orgulham por não utilizarem o veneno, além disso, “se articulam coletivamente em defesa do território para a inserção da certificação participativa” (BRASIL, 2020).

A certificação participativa tem o intuito de entender a importância da organização coletiva, a qual existe no sistema, enfatizando a participação do Brasil nesse instrumento de democratização da agricultura orgânica para os agricultores familiares, como é afirmado por Oliveira (2021). Essa autora apresenta a Teoria da Ecologia dos pobres, elaborada por Juan Martinez Alier, a qual considera que “esses sujeitos de modo individual ou organizado participam de conflitos territoriais com o agronegócio e com o Estado neoliberal para defender o território de vida, sem, muitas vezes, se definirem enquanto ambientalistas” (OLIVEIRA, 2021, p. 28).

No entendimento que as organizações lutam por instrumentos democráticos, no Assentamento Queimadas percebe-se que o caminho da prática em Agroecologia existe por partes interessadas. As práticas como consórcios e experimentos diversos são interesses de alguns moradores do assentamento, mas ainda entende-se que o modo de produção com a utilização de práticas que não se adequam à agroecologia, ainda é um enfrentamento que os coletivos e movimentos precisam lidar, mesmo estes sendo mínimos, comparados aos danos provocados por monoculturas.

Foi exatamente a partir de interesses mínimos, na produção e o certificado para a comercialização no valor justo às práticas, que os agricultores se organizaram para conseguir comercializar sua produção assegurado pelas políticas e legislações. A ideia de autogestão que Tiriba e Fischer (2012, p.612) consideram, sobre “a identificação por compartilhar concepções de mundo e de sociedades fundadas no autogoverno e na autodeterminação de lutas e experiências” são vistas através da construção de rede entre agricultores, destacando o interesse das mulheres pela valorização de trabalho e saber.

3.1 A Legislação dos orgânicos e a certificação como conquista

Ao levantar os períodos de caracterização das fases do desenvolvimento da agricultura, vê-se que eles caracterizaram os avanços do desenvolvimento e da modernização do campo, destacando que foi, a partir da “Segunda Revolução Agrícola Contemporânea”, em um período pós 2ª Guerra Mundial, que ocorreu de forma mais efetiva a industrialização da agricultura, caracterizada pelo desenvolvimento da indústria química e mecânica (OLIVEIRA, 1989).

Enfatizar esse marco é uma base importante que destaca o surgimento dos movimentos de uma agricultura alternativa. O avanço da modernização agrícola alternativa no país, o qual, a partir dos anos 1960/1970, é caracterizado pelo conjunto de inovações e de procedimentos tecnológicos, dado o nome de “Revolução Verde”.

Como destacado pelo geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, “a Revolução Verde comparece como ‘um conjunto de transformações nas relações de poder por meio da tecnologia, transformações estas que procuravam deslocar a atenção do sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria’” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 51).

Essa revolução foi considerada um progresso na área da conservação de alimentos e armazenagem, mas o modelo de sistema de pousio e rotação de culturas foi substituído pela monocultura (PORTO-GONÇALVES, 2004). Resistiu à estas tecnologias, atribuída enquanto agricultura alternativa, é a produção realizada entre quilombolas, indígenas, povos da floresta, camponeses, ribeirinhos e entre estes grupo mantiveram-se as práticas utilizadas antes da modernização no campo.

Goodman e Wilkinson (2008), avaliando as demandas internacionais, demonstraram ideias semelhantes, como a necessidade da produção utilizar pesticidas, semente, entre outros implementos totalmente dependentes da indústria, os quais estão sendo utilizados atualmente. Esse fato é determinante para os conflitos sobre as fronteiras agrícolas e a grilagem das terras, destacando para um movimento contrário as grandes monoculturas.

No Brasil, os caminhos da construção de uma legislação fundaram-se a partir dos movimentos alternativos. De acordo com Marques (2019, p. 44), o surgimento se deu por meio da necessidade e “participação direta da Sociedade civil organizada e das instituições (públicas e privadas) que a Lei do Orgânico no Brasil foi

criada e regulamentada. Ela veio atender à crescente demanda de um mercado de lógica capitalista, sempre respeitando a diversidade cultural existente no país”.

A Lei de Produção Orgânica no Brasil “é reconhecida internacionalmente pelas suas qualidades e possui os mecanismos necessários para se realizar a gestão social de sua regulamentação de forma democrática” (MARQUES, 2019, p. 45). Além disso, é enfatizado pela mesma, que “apesar de caracterizar avanços nas instituições, a lei apenas regula o desenvolvimento do mercado”. O breve histórico da Agricultura Orgânica tem como base dois materiais produzidos pelo IFSULDEMINAS (2016, p. 21) e Fonseca (2020, p. 102-106), apresentados, a seguir, no Quadro 2:

Quadro 2 – Breve Histórico da agricultura orgânica no Brasil

BREVE HISTÓRICO DA AGRICULTURA ORGÂNICA NO BRASIL	
ANO	
1970	Organização de agricultores, consumidores, técnicos desenvolveram estudos e práticas com base no princípio da agricultura orgânica. Antes da construção da Lei de Orgânicos, houve vários estilos conhecidos como agricultura alternativa.
1991	Primeiro certificado de transação comercial de produtos orgânicos entre a COOLMÉIA e a ABIO para oferta na cidade do Rio de Janeiro.
1992	ECO 92 no Rio de Janeiro/RJ - oferta de produtos orgânicos. 9ª Conferência Internacional da IFOAM, em São Paulo/SP: conflitos quanto à obrigatoriedade da certificação e o não reconhecimento da autodeclaração (declaração de conformidade de primeira parte).
1994	Início da discussão para a regulamentação da Agricultura orgânica no país. Comissão especial do MAPA para propor normas e certificação de produtos orgânicos (agosto).
1996	Criação do Fórum Orgânico (FORG) no Ministério da Agricultura, ampliando a participação das organizações da sociedade civil nas discussões sobre a certificação (outubro). Trámite acerca da Institucionalização da Agricultura Orgânica.
1998	Criação da ECOVIDA. Discussões sobre as diretrizes do Codex Alimentarius para produção orgânica vegetal, processamento e rotulagem de produtos orgânicos em Seropédica/RJ coordenadas pela Embrapa Tecnologia de Alimentos em parceria com a Embrapa Agrobiologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-RIO).
1999	Agricultura Orgânica foi reconhecida através da Instrução Normativa 007 Em 17 de Maio. Essa normativa foi discutida entre governo e sociedade civil organizada.
2002	A participação democrática cresceu, envolvendo o Ministério da Agricultura (MAPA), Desenvolvimento Agrário (MDA), empresa de pesquisa, universidades, Organizações Não Governamentais (ONG), associações, cooperativas e experiências existentes de certificação participativa e por auditoria ligadas ao movimento orgânico, entre outros.

2003	Publicada a Lei 10.831, definindo normas para a produção e a comercialização de produtos da agricultura orgânica. Ela foi aprovada após tramitar no Congresso Nacional desde 1996.
2004/ 2006	Foram criadas instâncias de gestão social dessa política pública. A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica (CSAO), órgão consultivo da regulamentação no MAPA, composta por membros civis. Nessa comissão realizaram-se as principais discussões, elaboração, aprovação e regulamentação da lei 10.831.
2007	Publicado o Decreto 6.323 que regulamentou a lei 10.831. – Implantação do Projeto SPG: Visita às experiências da Ecovida na Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e da ACS na região norte (Acre), para servir de base ao Decreto e à IN de mecanismos de garantia

Continua.

Quadro 2 – Breve Histórico da agricultura orgânica no Brasil (*Conclusão*)

ANO	BREVE HISTÓRICO DA AGRICULTURA ORGÂNICA NO BRASIL
2008	FAO recomenda agricultura orgânica como ferramenta a favor da segurança alimentar e recomenda uso dos SPGs para mercados locais. • IFOAM publica Manual SPG e lança a autodeclaração na internet. • Aprovação na CTAO do texto da IN de Mecanismos de Garantia. Criação da comissão de sistematização. Publicação da IN n. 54 das Comissões da Produção Orgânica.
2009	Foram publicadas instruções normativas, regulamentando a produção primária (vegetal e animal), o processamento, agroextrativismo, mecanismos de gestão e participação da política, a informação de qualidade orgânica e a certificação, assim como os mecanismos de garantia do cumprimento das normas da produção orgânica. Regulamentação do SPG.
2010	ANC, Ecovida e ABIO se credenciam no MAPA como OPAC.

Fonte: IFSULDEMINAS (2016, p. 21) e Fonseca (2020, p. 102-106)

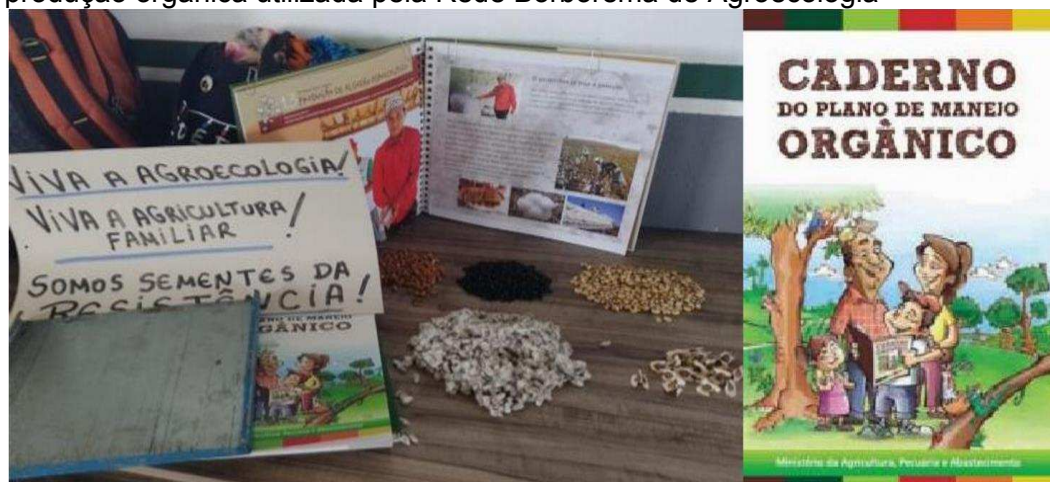
A leitura que podemos observar acerca do questionamento dos grupos sociais se dá frente à consolidação da legislação orgânica. Atualmente, no que se estabelece os regulamentos técnicos, consideram-se as seguintes práticas:

I Ácido desoxirribonucleico ADN E ácido ribonucleico; II análises de risco, III biofertilizantes, IV campos de produção, V castração, VI compostagem, VII composto orgânico, VIII conversão parcial, IX cultivar geneticamente modificado, X debicagem, XI doma racional, XII engenharia genética, XIII imunocastração, XIV mochação, XV muda orgânica, XVI Organismos de Avaliação e Conformidade Orgânica, XVII Organização de Controle Social, XVIII Organismo Geneticamente Modificado, XIX Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica, XX pastejo rotacionado, XXI procedimentos de abate humanitário, XXII produção paralela, XXIII semente

orgânica, **XXIV** territórios de instalação, **XXV** trator animal, **XXVI** unidade de beneficiamento de sementes. (BRASIL, 2021, s. p.).

No Art. 12, a base do sistema de produção, que é o Plano de Manejo Orgânico na Rede Borborema, possui um instrumento produzido e disponibilizado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), apresentado na Figura 4. Neste sentido, pode-se perceber como os caminhos da construção de uma legislação encontra o diálogo, quando a prática e experiência de grupos coletivos nas produções de alimentos precisam dialogar.

Figura 4 – Abordagem metodológica utilizada como Manual de Técnicas para uma produção orgânica utilizada pela Rede Borborema de Agroecologia



Fonte: Autoria própria (2022)

Dentro desse recorte territorial que o grupo de agricultores residem, existe o desenvolvimento da relação sociedade x natureza, foram necessárias experiências sobre a produção agroecológica do algodão, sendo compreendidas, por Santos (2002, p. 158), pela relação homem, natureza e sociedade, a busca e a continuidade natural dos meios de produção de vida. Conhecimentos como “o pousio, a rotação de terras, a agricultura itinerante, que constituem, ao mesmo tempo, regras sociais e regras territoriais, tendentes a conciliar o uso e a ‘conservação’ da natureza”.

Os agricultores familiares do município de Remígio- Paraíba, grande produtor de algodão até meados da década de 80, sofreram com a praga do “bicudo” a partir de 1984. Graças ao aparato tecnológico montado para o combate à praga, alguns agricultores continuam cultivando o algodão, utilizando agrotóxicos, enquanto muitos deixaram de plantar. Devido aos custos altos, o cultivo de algodão decaiu sensivelmente em Remígio. No ano de 2005,

porém, surge uma iniciativa de produção de algodão sem o uso de veneno, experiência desenvolvida pelos agricultores do Assentamento Queimadas, (Projeto Escola Participativa do Algodão Agroecológico). (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, s. d., s. p.)⁴

Ao relatar acerca das primeiras experiências do algodão sem veneno, existem lideranças como Sr. Zé de Sinésio, no Assentamento Queimadas, na literatura de Moreira (2012), foi mencionado os aspectos que são determinantes para uma resistência à monocultura, no sentido de pensar e agir contra as práticas convencionais, como o uso de agrotóxicos, a mobilidade dos agricultores antes de serem assentados pela Reforma Agrária, o valor entre atravessadores, relação da feira etc.:

Depois que Seu Zé Sinésio conseguiu produzir algodão sem veneno ele passou ainda alguns anos negociando o produto com atravessadores nas feiras locais por preços muito abaixo do mercado determinados por estes comerciantes, e onde se misturava ao pouco algodão que continuou a ser produzido na região com uso intensivo de agrotóxicos. Foi quando Seu Zé chegou ao assentamento Queimadas que o algodão sem veneno que produzia encontrou um caminho para chegar ao mercado consumidor identificado com o ambientalismo, o que Appadurai chama de "the commodity context". No assentamento Seu Zé aumentou sua rede de relações sociais até então restrita a patrões, compadres e vizinhos, políticos e lideranças sindicais, todos no âmbito local de sua moradia, e conheceu Melchior, pesquisador da EMBRAPA Algodão. (MOREIRA, 2012, p. 6).

De acordo com o Art. 95 da Legislação dos Orgânicos, deve ser priorizada a utilização e a propagação de material originário, espécies vegetais locais, a manutenção das atividades microbiológicas, o equilíbrio dos nutrientes e a qualidade da água, os manejos e pragas que respeitem o desenvolvimento natural da planta, a sustentabilidade ambiental, a saúde humana e animal, além de se privilegiar os métodos culturais, físicos e biológicos e a redução do revolvimento do solo sem o uso de agrotóxicos (ALCÂNTARA *et al.*, 2007).

Resultando em práticas de manejos e cuidado com pragas, além de diversos consórcios, e então produzir o algodão a partir da ética de cuidados, alinhando seus valores ao cuidado com a saúde humana e com a terra. Outros conflitos marcaram a vida desse grupo, sendo a leitura de uma legislação um dos caminhos para entender os mecanismos do mercado e a saída da exploração dos monopólios.

⁴ Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/projeto-escola-participativa-do-algodao-agroecologico>

3.2 Tecendo os caminhos da certificação e a geografia dessa prática

O conceito de certificado, no sentido jurídico da legislação dos orgânicos no Brasil, é a validação de um cuidado e do uso na produção e na comercialização (CANDIOTTO, 2019). A garantia do selo pode estar associada a uma desvantagem para o pequeno produtor, pois, caso a opção deste seja a comercialização e a valorização de um saber ou de uma prática, muitos desistem dos processos pelos custos altos e pela subalternização às empresas.

Por isso, Lima *et al.* (2020, p.???) , acerca das empresas de certificação, sinalizam que “a contratação dessas certificadoras aumentará também os custos para os produtores e, conseqüentemente, encarecerá o preço final dos produtos”.

Laurino (2017), a partir de seu relatório acerca da existência da certificação e do controle social, dá a entender que o modelo de agricultura industrial não abrange a totalidade da natureza e da alimentação, reconhecendo os cuidados com os ciclos naturais e considerando os saberes sobre seus territórios na produção orgânica.

De acordo com o relatório, os Sistema Participativo de Garantia (SPG) são divididos em duas situações, os certificados, ou seja, os documentos que estão em operação; e os em desenvolvimento, que correspondem à transição, a “*PGS status: setting un a PGS is a long process that requires two or more years before the producers can be fully certified. In our data collection, we distinguish between two situations: Operational PGS e PGS under development*” (FiBL; IFOAM, 2023, p.162) constatado no Quadro 3.

Quadro 3 – Continentes e a situação dos SPGs

Continentes	Situação dos SPGs
África	<ul style="list-style-type: none"> • 48 iniciativas, 33 em operação e 15 em desenvolvimento (p.158). Relatam aumento significativo no número de SPG no Benim, Bunkina Faso, Quênia e Tanzânia e registra um aumento de 7,18% em certificados. Moçambique com um total de 147.
Ásia	<ul style="list-style-type: none"> • No Camboja houve uma redução, pois, em 2021, o número eram 112 produtores certificados, passou para 26, em 2022, e esse fato está relacionado a, ao menos, duas iniciativas de SPG não estarem ativas por falta de financiamento. É a maior região com número de certificação, ficando em segundo lugar, após América Latina enquanto região com iniciativas acerca dos SPGs.

América Central e Latina	<ul style="list-style-type: none"> • É a região onde vêm sendo implementados em maior número as iniciativas de SPG, sendo 141 em operação e pelo menos 5 em desenvolvimento. A Bolívia é pioneira em termos do total número de iniciativas (45), seguindo pelo Brasil (28), Chile (24) e Peru (16).
Europa e América do Norte	<ul style="list-style-type: none"> • 25 iniciativas de SPG em 2022, uma redução (-6 face 2021). Bélgica e Itália são os únicos relatórios acerca de um aumento moderado, tanto em produtores quanto de SPG.
Oceania	<ul style="list-style-type: none"> • A região relata 16 iniciativas de SPG. A maior está sediada nas Ilhas do Pacífico. Houve uma diminuição dos produtores (-140) e um aumento significativo de produtores envolvidos no SPG (+1.640).

Fonte: FiBL e IFOAM (2023)

As informações baseadas na situação dos SPG são importantes para buscarmos dados acerca das produções na América Latina, pois, por meio delas, a divisão por regiões apresenta dados específicos sobre os países, como o Brasil, deixando a desejar na precisão e levantando questionamentos acerca de uma condição determinante, que é a dominação da monocultura no Brasil e a produção orgânica.

FiBL e IFOAM (2023) publicaram um relatório recente acerca dos países com o maior número de áreas voltadas para a produção orgânica. O Brasil, nesse ranking, está na 11ª posição, tendo como principais produções que se destacam aquelas que se dão a partir das cooperativas.

Uma reportagem da BBC Brasil, em 2017, destacou o país como o maior produtor de arroz orgânico da América Latina, com um volume de mais de 27 mil toneladas produzidas em 22 assentamentos rurais vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Rio Grande do Sul, envolvendo 616 famílias gaúchas (LIMA *et al.*, 2020, p. 30).

No Brasil, são apresentadas questões acerca da produção frente às demandas do mercado internacional, as quais atribuem valores, exigências e controle quando as múltiplas formas de atividades se organizam sobre os territórios. Ter conhecimento sobre a lei e sua abrangência social permite ir além dessas demandas, tornando as vivências e as práticas sociais verdadeiras formas de resistência ao capitalismo e dialogando com essas redes de articulação.

Entende-se que o sistema de produção orgânica passou a despertar o interesse do grande capital, incentivando e forçando a sociedade (instituições públicas e privadas) a determinar normas e padrões, controlando os espaços de produção e comercialização, através dos mecanismos de avaliação e conformidade orgânica. Desta forma, foram estabelecidas as relações de poder nos sistemas de produção e comercialização dos produtos orgânicos

no Brasil, construindo e (re)construindo sua própria prisão (MARQUES, 2019, p. 33).

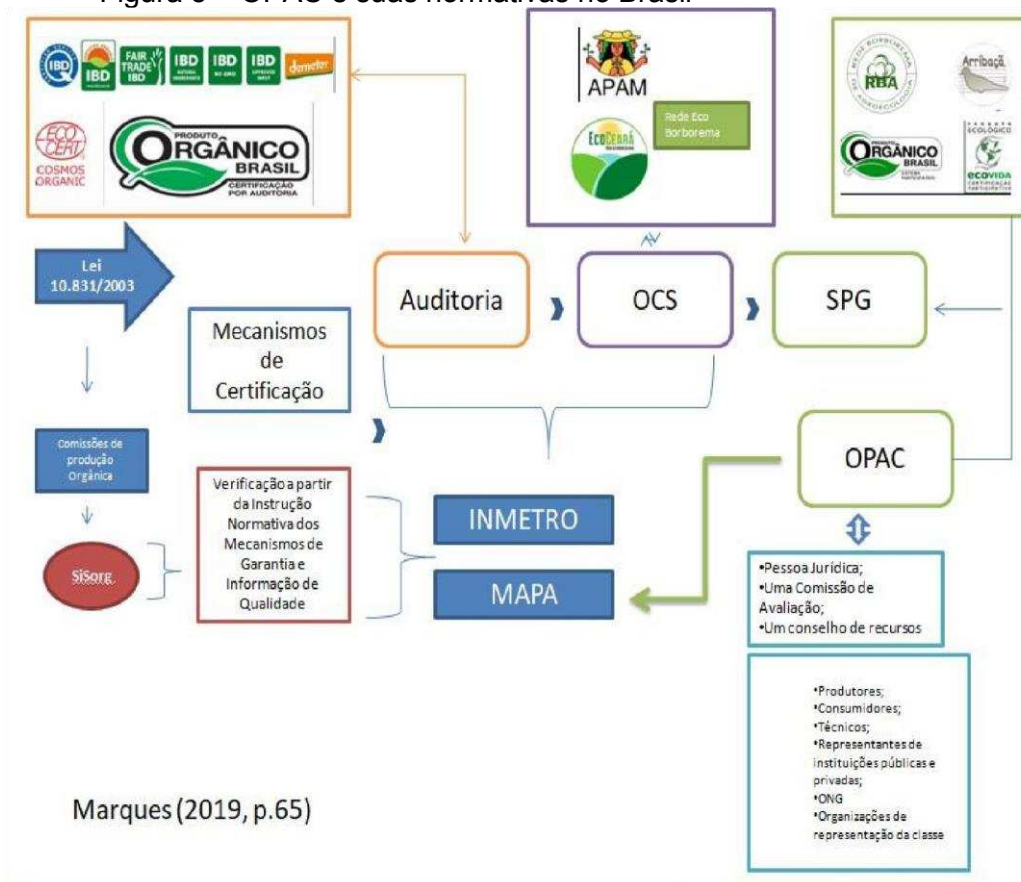
No estado da Paraíba, principalmente no que tange ao município de Remígio, a situação é semelhante à vivenciada pelo grupo de produção do Algodão Orgânico Agroecológico no Assentamento Queimadas. Este grupo tem as suas experiências validadas por ONG, como a Arribaça, e por técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Além disso, destaca-se anteriormente que relação abusiva com empresas e a experiência do alto custo de uma auditoria foi um dos principais motivos para os agricultores se sustentarem através de uma legislação, o direito à comercialização do algodão agroecológico.

Diante do que Marques (2019) apresentou acerca da relação entre produção orgânica e território, é preciso enfatizar a ação da resistência correspondente à dimensão conceitual e filosófica da ação dos oprimidos. Algo que os camponeses enfrentam na relação Terra, Estado e Capital, pois as normas que circundam uma demanda de comercialização, muitas vezes, oprimem os camponeses e os mantêm reféns dessas demandas.

A organização da produção no sistema de certificação é baseada na Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, estabelecendo comissões de produção orgânica específicas para determinar uma normatização acerca dos mecanismos que garantem a informação e a qualidade, diante das práticas no território (BRASIL, 2003, s. p.).

A lei determina três tipos de mecanismos, são eles: auditoria, OCS e SPG, sendo que as duas primeiras são verificadas a partir do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SiSorg), nos parâmetros do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). O SPG, por sua vez, é verificado a partir de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), representado por um coletivo de pessoas jurídicas, uma comissão de avaliação e um Conselho de Recursos, em que estes podem ser os agricultores, consumidores, técnicos, representantes de instituições privadas, ONG e Organizações de representação da classe. O OPAC tem suas instruções normativas apresentadas na Figura 5.

Figura 5 – OPAC e suas normativas no Brasil



Fonte: Marques (2019, p. 65)

Nessa vertente, tais experiências correlacionadas à OPAC e suas normativas foram relatadas por Amália Marques, que, desde o primeiro encontro, denotou a importância do conhecimento previsto em lei. Mesmo existindo a opção da certificação participativa, esta não era pensada pelos agricultores. Para que continuassem plantando e comercializando o algodão certificado, eles optaram, por meio da leitura na legislação de produção orgânica, pela opção do esforço mútuo. Essa opção envolve, no mínimo, três pessoas para cada grupo, as quais cumprem e conformam as práticas organizativas de um território.

3.3 O estatuto social da Rede Borborema de Agroecologia

O estatuto social atual é o documento que estabelece as principais denominações e finalidades da associação, sendo dividido em capítulos, artigos e parágrafos. A finalidade do documento é definir questões práticas e essenciais para a consolidação da rede. Fundada em 23 de julho de 2013, é possível observar como a Rede Borborema de Agroecologia se define como um SPG que foi criado a partir do

interesse de uma associação de produtores no que tange à certificação orgânica participativa. A rede é integrada, de acordo com o parágrafo 3º, por “pessoas físicas e jurídicas, organizadas em grupo e ou Organismo de Controle Social (OCS)”.

No estatuto social, conhecido e comentado pelos integrantes como a “Bíblia da Rede”, por seu caráter de direcionamento e coletivização das atividades, podemos observar as finalidades da Rede Borborema de Agroecologia, as quais são apresentadas no Art. 4º, que dimensiona acerca dos aspectos de produção primária e dos diálogos à comercialização. Chama a atenção como é um processo de construção, pois a participação e o interesse são possíveis no que se refere ao enfoque nas atividades socioculturais:

- Promover a Agroecologia e a produção orgânica;
- Construir os Sistemas Participativos de Avaliação da Conformidade;
- Assumir a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas no Sistema Participativo de Garantia da Associação de Produtores Agroecológicos e Orgânicos, conforme a legislação vigente;
- Realizar atividades educativas, socioculturais, ambientais e de cidadania;
- Realizar atividades de conservação, preservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente;
- Realizar atividades de acompanhamento técnico e de extensão rural;
- Promover a igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres;
- Promover o desenvolvimento sustentável e solidário;
- Realizar atividades de Associações de defesa e direitos sociais;
- Comercialização da produção agropecuária dos associados, conforme discriminação a seguir:
 - ✓ _01.21-1-01 - Horticultura;
 - ✓ _01.11-3-02 - Cultivo de milho;
 - ✓ _01.12-1-01 - Cultivo de algodão herbáceo;
 - ✓ _01.19-9-05 - Cultivo de feijão;
 - ✓ _46.23-1-03 - Comércio atacadista de algodão;
 - ✓ _46.23-1-08 - Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento;
 - ✓ _46.32-0-01 – Comércio atacadista de cereais e legumino

- ✓ sas beneficiados;
- ✓ _46.23-1-99 – Comércio atacadista de matérias-primas, não especificados anteriormente;
- ✓ _13.11-1-00 – Preparação e fiação de fibras de algodão;
- ✓ _46.89-3-02 – Comércio atacadista de fios e fibras têxteis beneficiados.

Conforme o Art. 5º da Reforma Estatutária da Rede Borborema de Agroecologia, o grupo pode firmar acordos, convênios, parcerias e contratos com entidades estaduais, nacionais e internacionais, desde que não comprometa sua autonomia, integridade e poder de decisão. Esse aspecto é relevante para compreendermos o papel da resistência camponesa nos dias atuais, pois, mesmo firmando acordos de comercialização, o potencial do diálogo acerca da comercialização é enfatizado pelos agricultores frente aos limites acerca de exploração de trabalho ou superfaturamento das produções.

O Quadro 4 apresenta a descrição dos cargos e atribuições de acordo com o Estatuto da Rede Borborema de Agroecologia. Destacando que para além de ser uma tomada de decisão através de assembleias e a confiança dos integrantes em eleger entre si, os respectivos representantes.

Quadro 4 – Descrevendo os cargos do Estatuto da Rede Borborema de Agroecologia na Paraíba

Coordenação Geral	Competências do Presidente	Competências do Secretário	Competências do Tesoureiro	Conselho Fiscal	Comissão de Avaliação	Conselho de Recursos
<p>I Cumprir o Estatuto como regimento externo e Manual de Procedimentos Operacionais;</p> <p>II. Propor à Assembleia Geral o valor dos recursos destinados das despesas operacionais;</p> <p>III. Coordenar o desenvolvimento de programas e atividades específicas da rede.</p> <p>IV. Apresentar à Assembleia Geral o relatório das atividades e as contas da sua gestão,</p> <p>V. Encaminhar, cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral;</p> <p>VI. Firmar acordos, contratos e convênios;</p> <p>VII. Interpretar o Estatuto e resolver casos omissos;</p> <p>VIII. Convocar Assembleia Geral;</p> <p>IX. Aprovar novos sócios;</p> <p>X. Organizar e controlar o fornecimento de selos do SISOrg</p>	<p>I Representar oficialmente e juridicamente a rede;</p> <p>II Assinar, junto com o tesoureiro, cheques, ordens de pagamento, alienação de bens;</p> <p>III. Convocar e Dirigir Assembleias Gerais e reuniões da Coordenação Geral;</p> <p>IV. Propor projetos e firmar acordos, após análise da Coordenação Geral.</p> <p>Zé de Sinésio – <i>Presidente</i></p>	<p>I Responder todas as atividades de secretaria;</p> <p>II. Elaborar atas;</p> <p>III Responsabilizar-se em nome da Coordenação Geral pela guarda de valores, documentos da rede.</p> <p>IV. Substituir o Presidente em seus impedimentos Suzana – <i>Secretária Executiva</i></p>	<p>I Executar as decisões tomadas em Assembleia Geral e Coordenação Geral;</p> <p>II. Assinar, junto com o presidente, cheques, ordens de pagamento, alienação de bens ou outras atividades de igual natureza;</p> <p>III Elaborar orçamentos solicitados pela Coordenação Geral;</p> <p>IV. Apresentar balancetes anuais à Assembleia Geral Ordinária, auxiliar na prestação de contas</p> <p>Amélia – <i>Tesoureira</i></p>	<p>1/3 de seus membros</p> <p>I Fiscalizar todas as atividades financeiras da rede;</p> <p>II. Emitir parecer sobre balanço anual e submetê-lo a Assembleia Geral;</p> <p>III. Requisitar ao tesoureiro, a qualquer tempo, a documentação das operações econômico-financeiras</p>	<p>Dois representantes de cada grupo local e/ou OCS.</p> <p>I Avaliar a qualidade dos serviços, processos de produção, beneficiamento e comercialização dos produtos;</p> <p>II. Emitir pareceres conclusivos sobre a avaliação de conformidade orgânica das unidades de produção.</p> <p>III. Organizar e atualizar, bem como manter arquivados ao longo do tempo os cadastros dos agricultores;</p> <p>IV. Revisar e propor a Assembleia, atualizações periódicas do Manual;</p> <p>V. Atuar na mediação de pareceres contraditórios;</p> <p>VI. Garantir cumprimento das normas de produção orgânica, identificando as conformidades e não conformidades;</p> <p>VII. Orientar os agricultores na resolução das não- conformidades do sistema de produção</p>	<p>Três representantes de três diferentes grupos eleitos em assembleia, excluindo os membros da Comissão de Avaliação e Conselho de Ética.</p> <p>Compete emitir parecer sobre as apelações dos agricultores, quando este não concordar com as decisões tomadas pelo conselho de ética ou comissão de avaliação.</p>
<p>Comissão Técnica</p>						
<p>Instância responsável por assessorar, orientar, formar e avaliar a qualidade da produção. Deve ser composta por, no mínimo, 3 membros de grupos diferentes. Permitindo a reeleição de 1/3 dos membros. Deve garantir seu coordenador, reunindo-se sempre que necessário, mas as decisões tomadas pela maioria presente.</p> <p>I Revisar e propor à Assembleia Geral adequações periódicas das normas/regulamentos para obtenção da qualidade da produção orgânica;</p> <p>II. Avaliar tecnicamente, a qualidade dos processos de produção e beneficiamento de alimentos e produtos.</p>						

Fonte: Autoria própria (2022).

No que se refere ao Patrimônio da Rede dos sistemas de produção, sua constituição é realizada por meio dos sócios ou dos recursos advindos de acordos, convênios, contratos, termos de parcerias, eventos e outras formas de cooperação que impliquem em recebimento financeiros (SILVA; CARNEIRO, 2016).

As parcerias com instituições como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) são evidenciadas pelo respeito aos padrões da política, ao estabelecer interesses, como uma produção sem irrigação nem a utilização de agrotóxicos, bem como a iniciativa do próprio coletivo em promover feiras para dar saída à produção. Nesse caso, a Vânia explica que “o diálogo é direto com o agricultor, sem depender de atravessadores, assim como o valor do algodão também”.

A inserção do Coletivo Feminino – com o Roçado das Mulheres do Grupo Gabinete⁵, o qual é palco de demonstrações dos consórcios e trabalhos coletivos – é de grande importância para a comunidade camponesa manter as produções e responder às demandas do mercado. Existe uma determinada relação contra demanda é paga com antecedência pela empresa da estilista Flávia Aranha, servindo de investimento que deverá ser aplicado juntamente aos objetivos da Rede Borborema de Agroecologia (RBA).

A Assembleia Geral é, conforme os artigos do estatuto social da RBA

o órgão máximo de deliberação da Rede Borborema de Agroecologia, e será convocada pelo presidente ou por 1/5 dos associados, mediante o edital fixado na sede social da Associação e na sede dos núcleos/grupos, com antecedência mínima de 30 dias de sua realização, na qual constará: local, dia, mês, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia e o nome de quem convocou (...) funciona como uma reunião, os associados se reunirão uma vez por ano e extraordinariamente, sempre que for necessário.

A participação inicial na Assembleia Geral, após a I Feira de Agroecologia da RBA, foi conduzida por Suzana, Alexandre⁶, Amália⁷, Marenilson⁸, sendo dialogado sobre as atividades relacionadas à prestação de contas de 2021, eleição e inserção de novos agricultores. Nessa assembleia, foi idealizado o marco de prestação de contas. A direção responsável por essa atividade iniciou falando sobre “quem mantém a rede são os agricultores” e que, para isso, é necessária a realização do pagamento anual de R\$100,00 para manutenção dos custos. Suzana enfatizou, durante a

⁵ O Coletivo Feminino será apresentado no Cap. 4

⁶ Agricultor e assentado.

⁷ Agricultora, não assentada.

⁸ Atual diretor do Departamento de Assistência Técnica Rural (DATER) da Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (MDA)

Assembleia Geral de 2022, que, “mesmo sendo uma certificação participativa, existem gastos fixos, como advogados e contadores, serviços de transporte e material do escritório”.

Figura 6 – Instâncias da rede e registro da Assembleia Geral Assentamento Queimadas – Remígio - Paraíba em agosto de 2022



Fonte: Autoria própria (2022).

A partir do Estatuto Social da RBA, a Assembleia Geral deve realizar eleição e posse dos membros da Coordenação Geral, Conselho Fiscal e Conselho de Recursos; fixação do valor da contribuição dos associados; aprovação dos relatórios, balanços e contas; criação, destino e liquidação de fundos; e a decisão sobre assuntos de interesse da RBA. Vale ressaltar que neste momento, o que Sack (2011, p.87) indentifica que “a territorialidade é sempre construída socialmente” vistos que são várias razões e significados para a reunião.

No ano de 2023, ocorreu, no dia 11 de fevereiro, a primeira Assembleia Geral Extraordinária (Figura 7). Esse momento ocorreu na parte externa do Galpão, pois este se encontrava com os fardos de algodão branco e colorido ocupando o seu espaço (Figura 8), os quais seriam entregues para as empresas da Veja Vert e Flávia Aranha. A escolha pela realização dessa reunião se deu a partir da III Feira da Rede (Figura 9), que ocorreu durante a manhã, reunindo as mulheres do Coletivo Feminino, o Grupo de Mulheres Artesãs de Remígio, que tem como OPAC a Arribaçã.

Figura 7 – Assembleia Geral Extraordinária no Galpão do Assentamento Queimadas



Fonte: Autoria própria (2023)

Na Assembleia Geral Extraordinária, tratou-se sobre os seguintes assuntos: **a)** aprovação do Regimento Interno, do Manual de Procedimentos Operacionais e dos regulamentos dos conselhos e comissões que venham a ser criados; **b)** a destituição de membros da Coordenação Geral, Conselho Fiscal, Comissão de Avaliação e do Conselho de Recursos; **c)** alteração de estatuto; e **d)** dissolução da RBA, nomeação dos liquidantes e pagamento das respectivas contas.

A discussão das pautas em coletivo denota, conforme Neto (2014, p.131) “a participação social como um princípio e a territorialidade como uma condição fundamental da vida em sociedade e para a produção de novas “grafias”, menos convencionais e menos conservadoras como sugere Carlos Walter Porto Gonçalves”. O autor acredita na descentralização do ordenamento territorial.

O momento da Assembleia Extraordinária, representa o pagamento de contas referentes ao ano de 2022, as quais atrasaram diante da alta produção, acima do esperado. A explicação dos agricultores se dá pelas chuvas que ocorreram no referido ano.

Foi presenciado o conflito no momento da prestação de contas e pagamento da comercialização para a Veja e Flávia Aranha, através da relação do não comprometimento no contrato realizado com a última mencionada. Flávia Aranha

disse que iria comprar o excedente da produção, o que não ocorreu. A estratégia dos agricultores foi a venda para a empresa de moda/sapato Veja, mas o pagamento não seria naquele dia diante do processamento do valor nas contas bancárias. Além disso, foi acertado, em assembleia, onde a quantia em dinheiro que a rede havia recebido, por uma premiação, seria utilizada, a fim de adicionar esse valor para o pagamento aos agricultores.

Nesse caso, ninguém ficaria sem receber, visto que a saída de emergência foi a utilização do dinheiro guardado no caixa, caracterizando a Assembleia Geral dentro do estatuto, o qual a prevê, no art. 18º, como o “órgão máximo de deliberação. O material bruto é armazenado em galpões dentro do assentamento (Figura 8).

Figura 8 – Galpão do Assentamento Queimadas, Remígio (PB) com a pluma do Algodão em fardos



Fonte: Autoria própria (2022).

A leitura sobre o território, lida através do Galpão, representa alguma relação, que foi explicada por Haesbaert (2011, p. 25), quando ele enumera o debate sobre o território

O território, ainda que privilegie as relações de poder, nunca pode ficar restrito ao poder político “tradicional” ou estatal, pois deve-se levar em conta os múltiplos sujeitos de poder (e a resistência que lhe é inerente); O território, ainda que indissociável da materialidade econômico-política (e também “natural”) do espaço, não pode prescindir dos elos também indissociáveis com a dimensão simbólico-cultural; O território, ainda que sempre relacionado a uma determinada concepção de limite ou “fronteira”, não deve ser associado apenas à fixação/ imobilidade e à continuidade espacial, devendo-se admitir a existência de territórios descontínuos, construídos no e pelo movimento, cujo componente fundamental é a rede.

Um embate através do território dentro de uma dimensionalidade está como os agricultores encontram estratégias para manter suas redes de solidariedade. O exemplo das feiras, juntamente com os momentos formativos Rede representam práticas já vivenciadas pelas famílias residentes desse lugar (Figura 9). Vale ressaltar

que a construção da Feira Agroecológica surgiu quando os integrantes da Rede já participavam de outras, como o Salão do Artesanato Paraibano, o qual ocorre em João Pessoa, as feiras nas instituições do IFPB e experiências com AS-PTA. Assim, no ano de 2022, a Rede resolveu organizar a própria feira diante da diversidade da produção.

Figura 9 – III Feira da Rede Borborema e relato das histórias sobre a ocupação do Assentamento Queimadas, Remígio (PB).



Fonte: Autoria própria (2022).

A articulação em rede também é vista a partir dos agricultores que estão em municípios e são de grupos externos do Assentamento Queimadas foram os que mais questionaram sobre os valores do dinheiro em caixa. Suzana fez a descrição das atividades realizadas pelo grupo, dando destaque às atividades de escritório (materiais, folhas, tinta para impressora) as atividades feitas pelo contador, que exigem uma organização contábil, CNPJ e etc. Houve o deslocamento do assentamento para Juarez Távora nas etapas de beneficiamento, instalação de internet para a realização de auditorias online durante o tempo de mais restrição, na pandemia, atividades do Comitê de Ética, como visitas, e também houve a distribuição de mudas.

Interessante como as adaptações da Rede Borborema de Agroecologia foram necessárias para esses tipos de atividades, apontando que, mesmo dentro de restrições, as atividades foram realizadas.

Ao final, o gasto do ano de 2021 foi referente a R\$8.465,80. Após esse detalhamento, Suzana finalizou a sua fala e abriu para debates: alguns agricultores ficaram com dúvidas acerca do dinheiro, questionando como ele foi utilizado, visto que

o valor previsto, entre os 58 sócios, era de R\$5.800,00; o que salvou a rede diante de gastos e adaptações foi o caixa do ano de 2020, que foi de R\$11.421,33, bem com o fato de os gastos com o contador, por exemplo, serem mensais. Mesmo diante de uma baixa produtividade no último ano, somados os anos de 2020 e 2021, o caixa da rede somou um total de R\$ 20.483,88, sendo considerado um caixa premiação por suas lideranças.

A rede é composta por 60 agricultores, divididos em 5 grupos de produção. Na última Assembleia Geral de 2022, houve a inserção de novos agricultores na rede. Nesse momento, a Terra das Marias (formado por Amália e Amélia) formou o seu Grupo em Gurinhém, inserindo a Darley, além disso, fui inserida enquanto nova integrante, o do Assentamento Celso Furtado que faz parte de outro território, inserido no município de Areia, outra história de luta e conquista territorial.

A minha participação no grupo (Figura 10) trouxe uma sensação de uma maior responsabilidade com a luta pela Agroecologia, saindo do convencional e partindo para a busca pela reafirmação das lutas e batalhas frente à conquista pela terra e pelo acesso à uma alimentação garantida com a soberania alimentar em nosso lugar.

As atividades, como afirma Marenilson, “são vistas como pesquisa-ação, pois a comunidade atua nas práticas da pesquisa e mostra aos visitantes e interessados suas práticas, sem nenhum constrangimento” (Assentamento Queimadas, maio de 2022), o que favoreceu positivamente com resultados positivos presentes nesse trabalho.

Nessa prática vivenciada, tivemos visitas aos roçados, onde foram evidenciados os cortes de terra aos Bancos Comunitários de Sementes (BCS) e observei modos de vida e a relação com o trabalho, que são atividades realizadas com satisfação por todos os envolvidos. O momento de registro e de trabalho de campo se concentraram nas atividades gerais e de coletividade, as quais estão previstas no Estatuto Social da RBA.

Figura 10 – Final da Assembleia Geral, no Galpão do Assentamento Queimadas



Fonte: Batista (2022).

Nesta condição, Raffestin (2011, p.187) compreender como se constituem as redes, onde “são não somente a exibição do poder, mas são ainda feitas à imagem do poder”. A história do grupo com o território, permite destacar a Agroecologia enquanto ciência que intermedia diálogos e sociabilidade, para além de uma legislação, um resgate de práticas que estavam adormecidas e direcionadas à serem esquecidas diante da lógica neoliberal.

4 AS MULHERES DA REDE BORBOREMA DE AGROECOLOGIA

Neste capítulo, temos como objetivo entender a territorialidade das mulheres que atuam na rede de certificação participativa Rede Borborema de Agroecologia. Na busca de entender como a agroecologia fortalece as redes de relações que permeiam as suas ações e experiências das mulheres camponesas.

Os caminhos da resistência camponesa são apontados por autores que enfatizam a economia solidária, a qual ainda resiste nas práticas do povo camponês e carrega um significado de trabalho associado às estratégias de sobrevivência, autonomia e formas de trocas em momentos de escassez (Marques, 2008).

Franco Garcia (2004) aponta a necessidade de não nos fecharmos diante da cultura homogeneizadora, trabalhando, assim, com questões acerca de Geografia e Gênero no território de assentamentos rurais, partindo da ideia de que “os lugares surgem e neles são geradas as relações de poder” (Franco Garcia, 2004, p. 67). Enfatizamos que esse se trata de aspecto relevante para discutir a Questão Agrária na atualidade, a fim de compreender aspectos políticos e de liderança das mulheres.

Portanto, a ênfase nas mulheres visa a superar a invisibilidade que é dada às suas histórias de vida, fundamentadas numa visão crítica do Feminismo Camponês e Popular com o Feminismo Comunitário, visto que são vertentes que se aproximam das mulheres indígenas, quilombolas e camponesas, as quais enfrentam as condições impostas pelo capitalismo e apontam caminhos de superação dentro dos movimentos socioterritoriais.

4.1. Pioneiras Paraibanas: experiências nas vidas de Margarida Maria Alves e Elizabeth Teixeira

Os movimentos socioterritoriais buscam trabalhar questões de equidade de gênero no espaço agrário, principalmente quando o capitalismo se sustenta a partir da “exploração das mulheres sobre diversos tipos de atividades não remuneradas e atribuídas à família” (FEDERICI, 2017, p. 32).

Conforme aprofunda Grosfoguel (2008) acerca da desvalorização do trabalho feminino, condiz com uma estrutura de poder que subjaz as “hierarquias de classes, sexuais, de gênero, espirituais, geográficas e raciais que contribuíram para sustentar a estrutura do sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2008, p. 118-121).

No referente ao debate de gênero sobre o espaço na Geografia, Reis (2015) indica que “as mulheres não constituem uma classe social à parte, estão divididas em classes sociais distintas”. Neste entendimento, faz necessário que a existência da “propriedade e os meios de produção permite exploração de uma classe por outra” (REIS, 2015, p. 13).

É neste contexto das explorações, Gebara (2000, p. 17) apresenta um estudo acerca da senzala e da mobilidade feminina, “uma metáfora para expressar a prisão ou a prisão móvel que muitas mulheres carregam. É prisão imposta pela cultura da pobreza e da dependência”.

As mulheres dos grupos, nos assentamentos pesquisados, se encontram em condições de mobilidade vista como “busca de saídas para uma vida melhor ou simplesmente possível” (GEBARA, 2000, p.19), suas origens são diversas, marcadas por mobilidades entre campo e cidade, comunidade e território.

Baster (2018) realiza um estudo acerca de como as mulheres camponesas que sofreram algum tipo de violência e morte, por combaterem diversas desigualdades frente às lutas por direito à terra, moradia e vida digna dos seus territórios.

Neste sentido, destaco a memória da Margarida Maria Alves, uma liderança nos sindicatos de trabalhadores rurais no município de Alagoa Grande, na Paraíba, de acordo com Ferreira (2010, p.21) “nasceu em 5 de agosto de 1933, no sítio do Jacu, Alagoa Grande, interior da Paraíba e faleceu em 12 de agosto de 1983, vítima de uma emboscada por usineiros e latifundiários da região do Brejo paraibano”.

Sua trajetória é importante, diante sua influência no campo de luta pelos direitos trabalhistas e a participação feminina no ambiente dos sindicatos durante uma época que os trabalhadores da cana-de-açúcar tinham garantias e zero direitos

Por doze anos, Margarida Alves dirigiu os trabalhadores rurais de Alagoa Grande. Durante todo esse período, ela conheceu e estreitou relações com outras mulheres camponesas, que se engajariam na luta camponesa, tornando-se lideranças sindicais, num , espaço historicamente marcado pela pouca participação feminina (Ferreira, 2010, p.22)

De acordo com Ferreira (2010, p. 23) a Margarida “foi uma das fundadoras da primeira organização composta só por mulheres, da América Latina, o Movimento de

Mulheres do Brejo (MMB). No mesmo encontro, a autora resgata o momento em que João Pedro Teixeira foi assassinado no mesmo ano que a mesma foi expulsa da terra, em 1962, a mando do Grupo Várzea, que pagou pelo assassinato de Margarida em 1982. A antiga casa de Margarida atualmente é um Museu, fica na área urbana da cidade de Alagoa Grande e no ano de 2023, o presidente Lula sanciona uma lei que inscreve Margarida Alves no livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Figura 11: Foto histórica de Margarida Maria Alves, no largo da Catedral em Guarabira – Paraíba – juntamente com o Lula (Maio de 1983)



Fonte: Frei Anastácio (2022)⁹

Após o assassinato de João Pedro Teixeira, em memória da sua trajetória de vida, o seu legado teve continuidade, como é contado atualmente através do jornal Brasil de Fato PB “Neste 13 de fevereiro de 2023, Elizabeth Teixeira, a líder camponesa e símbolo de resistência em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, celebra seus 98 anos de vida”¹⁰.

Considerada memória viva, após a morte do companheiro, Elizabeth se tornou a primeira liderança da Liga Camponesa em Sapé, município localizado na Zona da Mata paraibana, sua figura foi destacada no filme “Cabra Marcado para Morrer”¹¹. Na sua casa na Zona rural do município de Sapé, fica sua residência onde atualmente funciona o Memorial das Ligas Camponesas

⁹ <https://www.termometroapolitica.com.br/2022/08/12/frei-anastacio-lembra-os-39-anos-de-morte-de-margarida-maria-alves/>. Acesso em 09 de Agosto de 2023.

¹⁰ Disponível em <https://www.brasildefatopb.com.br/2023/02/13/98-anos-de-elizabeth-teixeira-uma-mulher-marcada-para-viver> Acesso em 09 de agosto de 2023.

¹¹ https://canalcurta.tv.br/filme/?name=cabra_marcado_para_morrer. Acesso em

Figura 12 Título: símbolo de referência das Ligas Camponesas na Paraíba. Sapé - 2023



Fonte:

Figura 13: Título: Elizabete Teixeira em fevereiro de 2023



Fonte: Memorial das Ligas Camponesas (2023)

A experiência de vida e exposição à vulnerabilidade e violência, continua a ser uma temática tratada por Baster (2018), que chama atenção sobre outras lideranças brutalmente assassinadas no ano de 2018, como a indígena Cacica Madalena Pitaguara, no município de Pacatuba, Ceará. As lideranças indígenas foram e estão sendo ameaçadas e expostas à contaminações frente aos monopólios de produção

contaminação da água, como nos casos da Nestlé, rompimento de barragens e usurpação das terras e destruição das florestas afeta diretamente a vida cotidiana das mulheres, excluindo-as até da condição que lhes fora historicamente atribuída (BASTER, 2018, p. 87).

No entendimento que a vida das mulheres é alvo de controle, faz-se necessário ir ao encontro, promovendo a valorização dos saberes e das vivências, nas áreas rurais e periféricas, suas ações pautadas na agroecologia questiona as formas de produção do neoliberalismo, e este precisa ser um ponto de vista crítico, destacando que o mesmo sistema neoliberal pode se apropriar do discurso e explorar cada vez mais a força de trabalho das mulheres. Sobre como a pauta da agroecologia

, para Lima (2017, p. 234) considera-se que “as pautas elencadas pelo MMC como um conjunto de ações protagonizadas pelas mulheres camponesas dá visibilidade a essas temáticas para o conjunto da sociedade”.

É nesse campo que se evidenciam as experiências das mulheres que estão articuladas na Rede Borborema de Agroecologia. Baseando-se na observação acerca das múltiplas formas de organização e poder, Gebara (2001, p. 15) acredita que por meio “das lutas sociais, a mudança vem por meio da ‘organização’ das pessoas e das reivindicações coletivas” e, ao ocupar vagas e frentes de liderança, as mulheres enfrentam cotidianamente o sofrimento feminino, além de essa ser uma forma de combater a fome e a miséria:

Sua criatividade limitada às condições históricas disponíveis impressiona e faz pensar. Entram no “jogo” da vida com vontade de ganhar embora na maioria das vezes acabam perdendo a partida. Não esmorecem. Mudam de lugar e começam uma nova partida (...) uma denúncia que se inscreve entre aquelas feitas pelas pessoas que ainda apostam na capacidade humana de ser feliz ou ao menos de viver dignamente. Uma denúncia que nos leva a buscar pessoal e coletivamente caminhos educativos e éticos de convivência mútua (GEBARA, 2000, p. 16-17).

Lima (2017, p. 266) apresenta as feiras agroecológicas da Paraíba a partir de uma organização em rede, principalmente no que se refere aos valores e à “venda da produção pelos camponeses diretamente na cidade, onde se revelou a existência dessas relações não capitalistas de produção”.

Nesse sentido, pretendemos pensar acerca do processo de formação histórica dos coletivos, e outras formações que se dão através da comunicação e ações. É na aplicação do controle, na comunicação e nas participações, que as mulheres da Rede Borborema de Agroecologia aplicam o saber e diferentes formas de usos territoriais, seja nas plantas medicinais, práticas artesanais e o trabalho invisível do cuidado.

4.2. Emancipação das Mulheres e o papel da Agroecologia: as lideranças e seus legados

O Coletivo Feminino, composto pelas mulheres dos Assentamentos Queimadas e Oziel Pereira, é uma parte da Organização das mulheres camponesas, que compõe a Rede Borborema de Agroecologia. O Coletivo participa de diversas ações e mobilização da Rede, algo visto pela coordenadora, Vânia, como uma parte importante do trabalho das mulheres e da Organização enquanto agricultoras.

Em uma das primeiras visitas de campo (Figura 11), tive a oportunidade de ir conhecendo as paisagens e alguns modos de vida, como as caminhadas de suas casas para os roçados.

Figura 14 – Mulheres em mobilidade pelas estradas do Assentamento Queimadas, Remígio (PB)



Fonte: Autoria própria (2022).

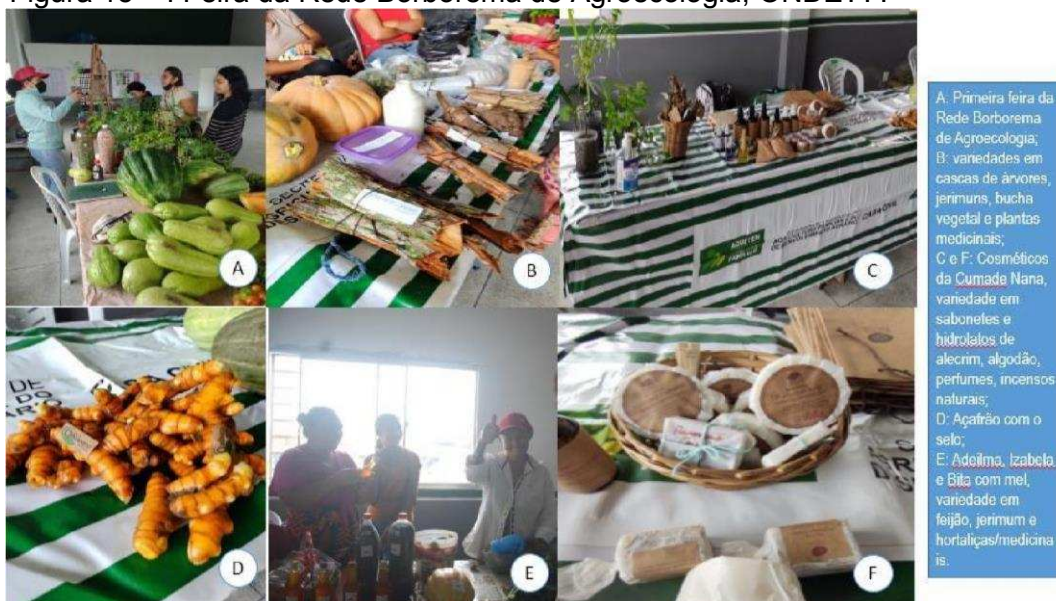
O trabalho das mulheres camponesas assentadas, muitas vezes, está dividido entre a gestão na cozinha comunitária, a prática da liderança na Associação de Agricultores no Assentamento, e a organização da Rede Borborema de Agroecologia. No entanto, a atividade na cozinha é parte constitutiva da organização das mulheres camponesas principalmente durante eventos como feiras, vaquejadas, aniversários, casamentos e outras festividades.

O ano de 2022 foi considerado produtivo, pelos agricultores da Rede Borborema de Agroecologia, de boas chuvas, por isso a produção orgânica de algodão produziu outros alimentos, em abundância. Dessa forma, foi necessário criar uma saída simples para a produtos. Nessa esteira, Barbosa (2014) acredita no potencial do circuito de comercialização, ou seja, na feira, de forma a apresentar aumento de consumo dos orgânicos no Brasil.

No ponto inicial da cadeia de comercialização de produtos agroecológicos está o camponês, que, muitas vezes encontra dificuldades de inserção no mercado por falta de apoio de políticas públicas de acesso a crédito para investimentos e conseqüentemente enfrenta dificuldades para incrementar a produção. Além disso, sofre com a falta de transporte e com a burocratização e o alto custo do processo de certificação (BARBOSA, 2014, p.71).

A I Feira da Rede Borborema de Agroecologia ocorreu no dia 07/08/2022 (Figura 12). Ela foi organizada com a proposta inicial de atribuir uma saída e troca das culturas e produções nos roçados dos agricultores da Rede Borborema de Agroecologia no ano de 2022. As mulheres participaram de toda a organização, dentro da produção, comercialização e idealização do evento.

Figura 15 – I Feira da Rede Borborema de Agroecologia, ONDE???



Fonte: Autoria própria (2022).

A ideia da feira surge enquanto uma estratégia para socialização, principalmente após os anos de pandemia e de restrição das atividades. Ocorreram, mesmo diante as limitações, a adaptação das formações e aperfeiçoamentos das técnicas, conseguindo, assim, reunir uma grande quantidade de agricultores associados e convidados.

Muitas ênfases nas reuniões com a Rede Borborema de Agroecologia é o algodão orgânico, mas a comercialização de produtos como feijão, milho, sementes, mudas e todas as variedades produzidas por cada família. Por isso a necessidade de organização para comercialização, diante da pouca saída no mercado, exceto quando garantem suas vendas em programas como o PAA e PNAE.

Outro aspecto pensado entre o Coletivo Feminino e as integrantes da Rede no geral tem sido o artesanato, com base no trabalho com o algodão. O Grupo de Mulheres Artesãs de Remígio que atuam com a Arribaça, elaborou uma oficina para a produção de chaveiros e outros tipos de enfeites que são uma opção dada a partir dos retalhos de tecido, preenchidos pelo algodão produzido no local.

O algodão utilizado é a parte que não é beneficiada, a qual resta entre as sementes, sendo uma opção de preenchimento desse material produzido em coletivo. A oficina de artesanato durou a manhã inteira, participando grande parte dos visitantes e assentados, chamando atenção para crianças, jovens e mulheres interessadas pela interação feita no momento (Figura 13).

Figura 16 – Oficina de artesanato com o Grupo de Mulheres Artesãs de Remígio no Galpão do Assentamento Queimadas



Fonte: Fotografia feita por Amália Marques (2022).

Em territórios fora do P.A. Queimadas, ao conversar com Célia e Gêlda, moradoras do Assentamento Celso Furtado, caracterizado enquanto agrovila. Percebemos a ligação e a formação das redes de base agroecológica, visto que elas estão no território do município de Areia. A inserção por meio da Rede se dá por serem militantes do MST e conhecerem Zé de Sinésio, presidente da Rede Borborema de Agroecologia, no qual ele as convidou para participar da rede.

Nesse sentido, diante da aproximação territorial, faziam parte do Grupo de Produção da Rede Borborema de Agroecologia mais próximo, que denota o grupo de atuação na qual a pessoa será observada e avaliada, durante os intercâmbios e visitas de campo da comissão técnica. Por isso a importância da aproximação com o local, diante a maior chance da participação dos moradores e a ação participante dos interessados.

Neste caso, outro assentamento que se revela durante a pesquisa é o Oziel, onde atua e mora Suzana a secretária da Rede Borborema de Agroecologia e que trabalha com o Algodão Agroecológico desde a infância, é estudante de

Agronomia na UFPB – campus de Areia – Paraíba, assim como outras lideranças que se destacam no campo da Agroecologia.

Para Célia e Gelda, camponesas do Assentamento Celso Furtado, muitas das questões são resolvidas na cidade de Areia, mas, durante a pandemia, o serviço de encomendas online e entrega de cestas foi impulsionado. Conhecidas nas redes sociais como Terras Viva, as agricultoras assentadas trabalham com artesanato de madeiras, macenaria, reciclagem, mudas medicinais e ornamentais, caprinos e outros animais. Elas estão inseridas nos programas sociais e organizam o Coletivo de Mulheres do Fundo Rotativo Solidário de Areia/PB, atuam em redes de comercialização na cidade de Campina Grande.

Fig 17: Gelda e Célia segurando a cachorra Flor, no Assentamento Celso Furtado



Fonte: autora (2023)

O relato importante e destacado por Gelda acerca da agroecologia é a importância para a saúde do agricultor e trabalhador do campo. Sua história de vida passou por problemas de saúde, relacionados à exposição ao agrotóxico no município de Boqueirão.

todo o formato agroecologia pelo menos até dois mil e sete que foi quando eu acampeei pelo MSC e o MST falava muito da questão agroecológica, né? Mas até então eh tanto a a minha vida como a questão da produção era toda de forma convencional. Não tem como você praticar uma coisa que você não conhece. Não tem como você saber de alguns males, ter alguns males e você também não conhece. E aí eu acho escutava falar sobre agroecologia né? Um negócio tão bonito. Acessa terra, acessar água, não produzir com veneno que é a pegada mais forte da agroecologia né? Não é só isso mas é a pegada mais forte é não produzir, nem com veneno, nem usar sementes transgênicas, entre outras. E aí mesmo assim eu continuei trabalhando de forma

convencional. Eu não não tinha terra, minha família não tinha terra e a gente era obrigada a trabalhar que era quem dava o sustento pra gente. E aí quando foi em dois mil e doze eu adoeci e todo esse tempo que eu trabalhei mais de vinte anos com agrotóxico todo tipo de agrotóxico que você imaginar. Aí em dois mil e doze eu adoeci. Dois mil e doze eu. Aí parei de trabalhar só que eu comecei perder a um pouco da força, do trabalho, né? Esse negócio está estranho. Aí eu disse não, vou parar de trabalhar nessa cultura envenenada e vou fazer outras coisas. Aí voltei pra pra sala de aula com jovens e adultos no assentamento mesmo. Eu precisava de grana pra me sustentar, né? Não dava pra depender de mãezinha mesmo não estando morando mais na casa dela. Aí quando foi dois mil e quatorze a situação piorou. É, é como se se eu tivesse uma abstinência do agrotóxico. (Gelda – entrevista realizada em 26 Agosto de 2023)

Tal condição implica no fator de lá utilizarem irrigação em áreas próximas ao Açude Epitácio Pessoa, mas no caso da Gêlda foi decorrente do trabalho em áreas de fazendas, desde sua infância e produção enquanto trabalhadora rural, pois a mesma relata que no momento da colheita, já tinha pessoas aplicando os agroquímicos ao lado. O mais importante de destacar na fala da Gêlda é a dificuldade em conseguir um diagnóstico pelos profissionais da saúde

Trabalhei tanto tempo com ele que quando parei, parei mesmo. Foi como se disse: não, agora você vai ver que você precisava de mim. Aí eu eu tive uma queda de plaqueta muito grande. Aí médico dizia você está com uma quedinha de plaqueta. Eu tenho dez mil plaqueta. Quando no mínimo a gente tem que ter pelo menos cento e cinquenta mil. Cento e cinquenta mil eu tinha dez mil. Eu mal consegui andar dentro de casa e era uma queimação na nos braços, nas perna, parecia que eu estava dentro de uma labareda de fogo o tempo todo. Aí eu acho que eu repeti o exame aí de umas três vezes. E o médico nessa enrolação? Aí um dia Célia a gente foi pro hospital. Célia soltou os cachorro lá, no modo de falar, poucas e boas disse “olhe se ela morrer a culpa é de vocês”. Menino logo esse povo, ajeitaram começaram os encaminhamento aí podia morrer a gente conseguiu uma internação na HU não não foi nem pelo município, foi através das amizades que a gente tinha, olhe só. Já pelo pelo movimento com as amizades que a gente tinha consegui dar entrada no HU. Que é super difícil, né? Por ser um hospital universitário, então eles pegam os casos bem joia, bem pesado né? Coisas pra ser estudada então eles tinham interesse de me estudar que eram uma coisa diferente estava chegando eu acho que é por isso que eu consegui entrar também e eu fiquei internada lá acho que uns acho não fiquei três dias, fiquei um pouquinho internada aí fiz uma bateria de exame muitos exames eles me deram remédio e aí teve um dia que chegou uma equipe médica que um dos médicos, num sei o que é que ele era um residente ou eu não sei, sempre vem os estagiário e tem os residentes também, né? Sim. E o cara começou a insistir que eu usava drogas ilícitas Porque o estava muito o diagnóstico. O quadro o quadro porque assim eles me deram me deram remédio e eu dormia muito de tanto remédio que eles me deram tanta coisa aí mais droga do que diziam que eu usava. Aí eles tem certeza que você nunca fez uso de tal substância, eu disse meu filho eu nunca tive acesso a essas coisa como é que eu vou saber? Como é que eu vou usar uma coisa que eu nem sei? Só que eu acho pra ver se queria pressionar. O que eu fiz a vida inteira foi trabalhar com agrotóxico”

A sequência de diagnósticos de Gelda revelam a incompreensão, dada pela produção convencional e a pouca informação dada pelos danos ao uso de agrotóxicos.

Porque eles não conseguia chegar num diagnóstico. Porque era um uns sintomas muito estranho. A plaqueta que eles não conseguia levantar mesmo com o uso de medicamentos e a queimação na pele. Porque eu tinha uma queimação muito rápida mas eu não tinha febre. Não dormia acordava direto. Aí eu sei que depois de um monte de exame que eu fiz lá aí chegaram o diagnóstico que era uma polineuropatia.. Polieuropatia sensitiva que foi o como eu usei veneno muito tempo, os nervos eles ficaram expostos de uma forma que quando toca um no outro aí causa a sensação de de queimação e dor muito dó, doido, dores apertando como se alguém tivesse me esmagando. Esmagando meus membros e aí uma médica de lá me deu esse me deu o laudo e pelo menos a queimação pele, a falta de sono, as dores era por conta que tinha sido causado por orgânico pós-plorado. É uma substância que tem na maioria dos venenos. Eles me me liberaram, eu estava com noventa mil plaquetas subindo um pouquinho não tinha chegado ao ao nível que o mínimo que a gente deveria estar. Eu vim pra casa aí foi tempo que aí eu fiquei um pouco um tempo meio que bem que eu fiquei tomando os medicamento que eles passaram uma gama aí fiquei retornando pra o HU e depois eu eu deixei de ir pra o HU porque eles não tinha mais não tinham tanto retorno pra mim Aí quando foi em dois mil e dezesseis as plaquetas voltaram a cair dramaticamente de novo. A gente já estava morando aqui. Aí eu consegui através das amizades também num foi Célia? Foi uma menina, uma médica que era muito simpaticante ao movimento. Esperamos dar entrada no hemocentro de João Pessoa. Porque lá eles tem um um atendimento mais moderno. Não sei o que é, sabe tem uma gama de coisas lá. Aí a médica que me atendeu, uma médica muito boa. Aí fez uma bateria de exames e no diagnóstico das plaquetas baixas é que era uma PTI que é por púrpura trombocitopênica e idiopática. Púrpura é são as pequenas hemorragia de cor avermelhada que acontece na pele quando as plaquetas estão muito baixa sangue fica querendo sair pela pele? E idiopática não conseguiram chegar a uma conclusão do que realmente era. Nossa. Então aí eles chamam de uma plaquetopenia Mas nunca o diagnóstico foi esse, né? Que era uma coisa ideopática, não conseguiram identificar. Mas mesmo assim aí eu fiz o tratamento com corticoide, seis meses de tratamento com corticoide. Terrível. Eu fiquei parecendo eu não sei nem dizer o que de tanto que eu fiquei inchada. Aí estabilizou por um tempo aí depois de algum acho que eu passei o quê? Um ano as plaquetas estabilizada depois voltou a cair de novo. Aí eu terminei me acostumando, sabe? Com essa com essa baixa, com essa alta aí quando foi um dois mil e vinte dois mil e vinte e um dois mil e vinte e um não foi? Aí quando foi em dois mil e vinte e um apareceu um câncer na tireoide. Em janeiro de dois mil e vinte e um. Só pra aquela coisa que diz assim “ó vai identificar porque tem que identificar”. Porque meu corpo ele nunca deu sintomas em exame de sangue que eu fiz. Nunca apareceu Nada. Nada, só as plaqueta baixa. Mas o resto era tudo normal. Tudo normalzinho. Os exame hormonal, meu Deus do céu. Tudo nos trinco. Não tinha. Aí o um dia eu acordei negócio alto no pescoço assim um nó aquelas coisa estranha é aquele dolorido esqueceu ao médico nunca apareceu isso vou saber o que é, aí fui ao médico. Isso é estranho. Nada, né? Do nada eu não não tinha tido gripe, não tinha tido inflamação na garganta. Essas coisas típica que pode fazer os linfonor de incharem, né? Aí ele pediu ultrassom aí na ultrassom apresentou aqui os os linfonor estava realmente inflamado além deles estavam com volume além do normal que eles devem estar e encontrou um nódulo na tireoide no uma coisinha de menos de meio centímetro menos de meio centímetro aí ele disse Judia aí vamos a gente faz o a biópsia, a pulsão, né? É a punção pra biópsia, vamos fazer, não custa fazer. Isso porque isso é muito normal é aparecer nas mulheres aquele nódulo . Vamos fazer. Aqui na ultrassom já dava indicação pra uma meia dúvida de câncer. Ou não, né? Aí eu fiz oxi, batata, quando saiu o resultado, maligno.

A Célia já não teve a relação com o agrotóxico, pois sua origem de Casserengue, lá o seu pai não utilizava esse tipo de veneno

Na verdade eu vou falar por mim, e Gelda já deve ter falado dela. Eu nunca plantei com veneno. A vida inteira. Nunca usei veneno, conhecia diante do que era carrapato que é também pra os animais, vendo agrotóxico que eu conheci quando eu fui morar em Boqueirão que eu não sabia nem o que era, aí então não tinha muito a tendência do agrotóxico sabe? E aí depois começou aparecer essa caixa d'água só que assim a agroecologia não é só a questão da plantação com ou sem veneno também né? No começo quando a gente foi apresentada a gente achava que era só isso se não planta com veneno é agroecológico. Mas tem todo um tem toda uma organização né? A divisão igual do trabalho a divisão igual do recurso e eu comecei eu não conhecia a agroecologia

As relações das mulheres aos lotes, sempre perpassam uma estrutura de poder. Muitas vezes associado à escritura da terra sempre ao homem, percebe-se um grande avanço no que se diz respeito em priorizar os documentos nos nomes das mulheres. Por exemplo, no caso da relação com o lote ocorreram aos poucos, pois se deu a partir da relação de transferência

E aí então aproveita é mas tu estava falando aí sim aí quando foi em dois mil e nove que Adenilda morava aqui nesse lote era uma menina, uma militante aí ela não quis ficar aqui quis ficar em esperança aí na época sempre foi assim quando aparecer um lote é a prioridade são os acampados se tiver militante sem estar sentado e ele quiser aí coloca pelo trabalho que ele exerce dentro do movimento né? Um trabalho voluntário de muito tempo e nessa época eu vivia nessa correria do movimento aí a Denilda foi e repassou. Tinha só tinha casa aqui e mato com força. Era a coisa mais linda. Aí em dois mil e nove. Aí só que eu morava dentro da casa dos meus pais que eu tinha acabado de chegar a fazer pouco tempo tinha ido pra onde? Pra São Paulo. Sim. Passei muito tempo, passei quatro anos de São Paulo, né?. Aí quando cheguei fiquei ali na casa de pai, mas mesmo assim no meio do mundo, né? Depois, aí quando apareceu o lote, meu pai disse, não, vô também. Meu pai é aqueles cara bem carrasco, sabe. Grosso com todo mundo. Aí não deu pra ficar aqui, daí eu fui me embora. Viajar, não fui pra outros acampamento. Continuei a minha militância. E eles ficaram aqui. Quando foi em dois mil e doze, aí eu conheci Gelda aí que estava como dirigente eu também só que era do lado de Campinas e eu daqui. Aí a gente começou a namorar nessa época. Quando eu conheci ela aí eu morava aonde? No mundo, não tinha nem roupa. Que era tanto era tão tanta loucura. Tanta loucura. Muito apegada a nada, sabe? quando foi em dois mil e treze comecei no finalzinho de dois mil e doze pra dois mil e treze eu fui embora morar com o Gelda. Gelda já era sentada lá no lá em Boqueirão. É. Acho que fazia uns dois ou três anos Gelda? Que Gelda era assentada? Era eu que me assentei em dois mil e dez. Dois mil e dez? Pra dois ano né? Dois anos. Aí fui morar com ela lá. Ela já assentada. Quando foi em dois mil e quinze meu pai decidiu deixar isso aqui, aí a gente foi, viemos fazer uma visita sim por acaso, né? Aqui em casa aqui em e foi e perguntou se ele não queria vim eh tomar conta de novo, né? Aí quando foi com isso a gente voltou, fiquei me pensando, aí quando foi a gente decidiu que a gente vinha. Aí a gente comunicou a eles aí foi dois mil e quinze, dia quatorze de julho, não foi? Dois mil e quinze nós se mudou de vez pra cá. Só que quando nós chegou aqui não tinha nada disso aqui que você está vendo.

O acesso ao lote trouxe a ideia de transição agroecológica, principalmente pelo nível de devastação onde se encontrava. Uma prática necessária para a

agroecologia, como a restauração do solo. Lá, observei como são utilizados os consórcios para alimentação animal e o mais utilizado é com a palma para utilização de silagem e produção de feno. A região do assentamento Celso Furtado é caracterizada pela transição entre o Brejo Paraibano e Curimataú Ocidental, visto que os assentados passam por momentos de estiagens. Esse aspecto, por muitas vezes, excluí o camponês do município de Areia, diante uma visão muito colonial onde as políticas de acesso à crédito, representam um público urbano do município. Estes apenas enfatizam a umidade e relação com a Mata Atlântica, excluindo as áreas de transição.

Fig. 18: Célia e Gelda caminhando no lote, ao redor uma grande variedade de espécies que são roçadas e adicionadas à palma, para alimentação animal.



Fonte: a autora (2023)

Sobre o interesse na produção agroecológica e sair do município de Boqueirão, e mesmo após conquista da terra pelo MST, Gelda destaca que

como orgânica a gente foi atrás do da certificação mais pra tentar se colocar um pouco no mercado né? Porque a gente já tinha plena certeza que a gente era agroecológica e que a gente não precisava de nem de fiscalização de ninguém pra que a gente pudesse praticar agroecologia, pra que a gente pudesse ter uma convivência com o meio ambiente foi mais pra questão de mercado, de reconhecimento. Ou já quando se produz convencional você não precisa provar. Né? Que é convencional. Você não precisa estar tendo mercado. Oh eu usei tal veneno nesse alimento. Mas a gente quando é agroecológico certificado orgânico a gente tem que tá dizendo, tem sabe? E o que usou, né? Por exemplo, que que tá fazendo? É, aí eu disse, não, vamos tentar a certificação, aí a gente conheceu todo ano a gente recebe as visita do conselho de avaliação da rede pra ver se a gente continua produzindo agroecológico orgânico é uma tarefa né? O mapa exige que se faça isso o Ministério da Agropecuária poder abastecimento ele exige que seja feito não só com a gente mas com todos os agricultores e assim quando a gente tem a oportunidade que aparece alguma venda pra o produto orgânico pra gente é bom porque dá uma valorizada. Mas é mais quando

a gente vai entrar o governo federal ou quando a gente vem pra fora o pessoal não leva muito em conta essa questão sabe do orgânico. Não dá pra gente dizer “oh eh esse pé de alface aqui eu vou vender na feira está três reais mas eu vou vender por cinco porque é orgânico”, o povo ainda não tem a gente termina vendendo assim agora as pessoas sabem que a gente não usa nenhum produto mas não se tem essa valorização ainda, sabe? Mas assim, não tem pra sociedade, mas pra gente a valorização ela é ela é grandiosa é o que a gente produz aqui de chá, de alimento, sabe?

Costa e Carvalho (2012), identificam formas da existência camponesa:

Os diferentes campesinatos se explicariam, agora, pelos diferentes trajetos evolutivos resultantes, por um lado, das estratégias adaptativas das unidades camponesas ao ambiente institucional e natural de cada país e, no interior deles, de cada região que lhes sirva de habitat – os territórios, de que são partes constitutivas – e, por outro lado, da configuração do ambiente institucional de uma perspectiva política, derivada das relações estratégicas, mediadas pelo Estado, entre as demais classes e os camponeses. (2012, p. 114-115).

Para Rodrigues (2011, p. 62):

A Geografia e a territorialidade se definem como um campo de forças que conjuga espaço e poder, cujos elementos identitários como dimensões políticas, étnicas, religiosas ou decorrente de outros valores se conjugam, se entrelaçam”. sentido, o olhar de políticas públicas que priorizam os interesses locais e diversidade é um direcionamento político no que se refere a organização deste território (RODRIGUES, 2011, p. 62).

A relação das mulheres acabam se dando entre assentamentos, e neste sentido, a Rede Borborema de Agroecologia consolida um espaço de articulação, seja no Galpão do Assentamento Queimadas ou através das relações entre sítios, pelo interesse na pauta agroecológica. A rede não certifica apenas o algodão, mas toda produção vegetal primária, e algumas famílias como a da Josefa, que são em cinco e existe uma força de trabalho para a cultura do algodão, e já tinham a relação da produção sem o agrotóxico, Célia e Gelda destacam aspectos como a importância da rede de certificação participativa, e o trabalho que o algodão apresenta, enquanto um custo alto para pagar pessoas realizarem manejos e outras atividades.

como orgânica a gente foi atrás do da certificação mais pra tentar se colocar um pouco no mercado né? (Célia)

Porque a gente já tinha plena certeza que a gente era agroecológica e que a gente não precisava de nem de fiscalização de ninguém pra que a gente pudesse praticar agroecologia, pra que a gente pudesse ter uma convivência com o meio ambiente foi mais pra questão de mercado, de reconhecimento. Ou já quando se produz convencional você não precisa provar. Né? Que é convencional. Você não precisa estar tendo mercado. Oh eu usei tal veneno nesse alimento. Mas a gente quando é agroecológico o certificado orgânico a gente tem que tá dizendo? E o que usou, né? Por exemplo, que que tá fazendo? É, aí eu disse, não, vamos, vamos tentar a certificação, aí a gente conheceu a Rede Borborema de Agroecologia e todo ano a gente recebe as visita do conselho de

conselho de avaliação da rede pra ver se a gente continua produzindo agroecológico orgânico é uma tarefa né? O mapa exige que se faça isso o Ministério da Agropecuária e o poder de abastecimento ele exige que seja feito não só com a gente mas com todos os agricultores e assim quando a gente tem a oportunidade que aparece alguma venda pra o produto orgânico pra gente é bom porque dá uma valorizada. Mas é mais quando a gente vai entrar o governo federal ou quando a gente vem pra fora, o pessoal não leva muito em conta essa questão sabe do orgânico. Não dá pra gente dizer “oh é esse pé de alface aqui eu vou vender na feira está três reais mas eu vou vender por cinco porque é orgânico” o povo ainda não tem não está não ainda não tem a gente termina vendendo assim agora as pessoas sabem que a gente não usa nenhum produto mas, não se tem essa valorização ainda, sabe? Mas assim, não tem pra sociedade, mas pra gente a valorização ela é ela é grandiosa é porque a gente o que a gente produz aqui de chá, de alimento, sabe? Os próprios animais que é de onde a gente tira o esterco pra fazer a adubação na propriedade que é o único insumo que a gente usa ou a cobertura morta a gente sabe o que a gente está usando. A origem a gente sabe que a batata que a gente está consumindo ela é totalmente limpa. Não tem nenhuma. Não tem nada. Se você for pra pegar uma batata do município que eu morava, uma batata doce. Você come mais do que a batata. Eh eles antes do plantio já passam o veneno pra não nascer mato na terra aí pega as rama de batata já e dão banham ela com um tipo de veneno também pra não dar praga. Aí depois que planta eles pulveriza eles fazem tanta pulverização Tainá que eu fico acho que vocês irrigam mais com vendendo do que com água né? (Gelda).

Um exemplo se dá pela organização e produção da comida feita pelas mulheres passa pela qualidade do alimento utilizado. Excetuando-se o arroz, a macaxeira, a batata doce, o feijão verde, a salada são produzidos pelas famílias em seus quintais e áreas de produção. A comida tem um sabor específico da região, os aromas do coentro e das verduras frescas cortadas são muito característicos para o período chuvoso no ano de 2022. Ademais, a galinha de capoeira e o bode guisado, temperados com coloral (urucum) são apresentados como as opções mais disponíveis na cozinha comunitária (Figura 15).

Figura 19 – A cozinha comunitária do Galpão Assentamento Queimadas



Fonte: Marques (2022).

Paludo e Daron (2012, p. 481), apresentam o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Brasil e ressaltam que, “em todos os períodos da nossa história, é possível verificar a presença das mulheres na luta por direitos da cidadania”.

O trabalho das mulheres da Rede Borborema de Agroecologia (RBA) vai além de seus roçados, como é a narrativa de muitos agricultores e companheiros, técnicos e visitantes. Elas são a base do movimento, buscam saber a serviço de quem e de qual projeto estão o saber e o poder.

Sobre a emancipação, percebe-se um nível de interesse com relação à independência financeira através do trabalho, principalmente com vendas. Neste caso, a rede de produção agroecológica estimula as mulheres à fazerem suas vendas, principalmente sobre a alimentação, técnicas como Amália, enfatizam a necessidade da produção de alimentos pra vender, mas com uma condição: não pode ser salgadinhos, frituras, presunto e produtos industrializados, pois o foco é na produção local, como batata doce, macaxeira jerimum, carnes como galinha de capoeira, porco e bode.

As Feiras realizadas pelas famílias agricultoras da Rede Borborema de Agroecologia, durante os eventos como Assembleia Geral, visita da FAO, Dia de Campo da Embrapa, as mulheres que se organizaram para elaborar refeições, cobrando um valor entre R\$12,00 a R\$15,00, no pratinho que pode ser servido livremente. A utilização de produtos da base primária na produção dos pratinhos contribui para que a comida fique no valor acessível para a comunidade e os

visitantes. A territorialidade acontece no trabalho colaborativo das mulheres que acontece desde a produção até o ambiente de comercialização.

Federici (2017, p.232) vai destacar isso enquanto um resultado da divisão sexual do trabalho no capitalismo quando a autora diferencia a acumulação do capital e as diferenças entre gêneros, pois “a diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural, permitiram ao capitalismo ampliar imensamente a parte não remunerada do dia de trabalho”. É diante desta ideia, que a perspectiva de poder é destacada, onde atribuíram as atividades às mulheres, “enquanto os homens foram cúmplices sobre a desvalorização e disciplina imposta às mulheres e crianças”(p.234).

Figura 20: Fabiana agricultora da Rede Borborema de Agroecologia na venda de almoço durante o Dia de Campo da Embrapa – Galpão do Assentamento Queimadas



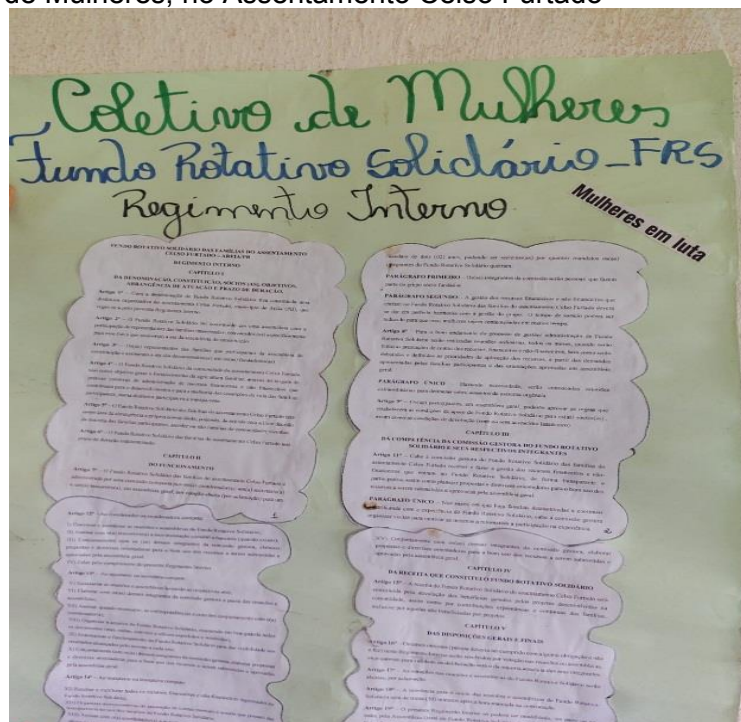
Fonte: a autora (2022)

Tal condição às tornam mais interessantes, principalmente diante formação de outros coletivos é perceptível através da influência que as mulheres da Rede Borborema de Agroecologia vão até outros lugares, pra contar suas experiências e trocar saberes. Essa condição se apresenta tanto por conta de conseguir compreender e fazerem leituras coletivas de instrumentos normativos, quanto colocá-los em prática, organizado e pensado em grupo. Neste sentido, foi possível a participação na reunião da formação de um novo grupo da RBA no Assentamento Celso Furtado, no qual foram apresentadas todas as mulheres que participam da rede e do Coletivo de Mulheres do Fundo Rotativo Solidário (Figura 23).

O resultado já se dá através da Rede Borborema de Agroecologia, onde o interessante foi a organização das mulheres e o interesse pelas práticas em

aromaterapia, ervas medicinais, flores, outros cultivos e cuidado com animais. A mediação através de Gêlda e Célia, com a presença de Amália e Amélia foram essenciais para o compartilhamento de suas memórias, que são nas suas falas os instrumentos reais de existência e resistência.

Figura 21 – Cartaz com o Regimento Interno do Coletivo de Mulheres, no Assentamento Celso Furtado



Fonte: Autoria própria (2023)

O momento foi de interesse das mulheres do Assentamento Celso Furtado (Figura 24) devido às possibilidades e à importância da certificação participativa para o território e para a organização social. Foram compartilhadas experiências, de muitas mobilidades, que atrelam a importância do lugar, a memória, a paisagem, as políticas que atravessam a questão agrária de cada município, como o acesso ao Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), acesso ao PAA e como estão as associações de cada comunidade. Com isso, as mulheres camponesas se uniram em círculos e finalizaram a reunião.

A reunião foi um momento para falar sobre pautas do mês de março, temas como: “Quem matou Honorina?”, professora vítima de feminicídio no município de Cuité, Curimatá paraibano. Neste sentido, estes espaços também manifestam suas revoltas acerca de feminicídios na região, e situações de vulnerabilidade das mulheres.

Figura 22: Reunião no Assentamento Celso Furtado, 2023



Fonte: Autoria própria
(2023)

Figura 23: Professora Cristina, Amália e Amélia durante o Dia de Campo da Embrapa, no Galpão do Assentamento Queimadas, na venda sabonetes, perfumes e incensos



Fonte: Autora (2022)

As redes “contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é todo território. Essas redes são inseparáveis do modo de produção” (Raffestin, 2011, p.183). Como observada na rede de relações estabelecidas por Amália e Amélia, onde juntas possuem outra origem, territorialidade, mas que a relação de Amália com a atuação na certificação e trabalho na época que o grupo tinha uma assistência técnica.

Dessa forma, identificamos que as redes se interconectam e dinamizam intercâmbios entre as mulheres e seus lugares de moradia e luta por melhores condições de vida.

4.3. Aspectos de permanência das mulheres no Assentamento Queimadas, Remígio.

As mulheres entrevistadas que atuam na Rede Borborema de Agroecologia são de origem rural, provenientes de áreas de assentamentos, comunidades e sítios. Existe uma forte influência dos modos de vida, e a grande parte dos agricultores onde a origem é de Casserengue, município que faz limite com Remígio, Solânea. São distintas as formas de acesso à terra, pois no geral, a política instituída no assentamento é através herança familiar. Tal relação denota questionamentos como em momentos de separação, no caso de Maria e Maria de Nazaré, ambas estavam casadas durante a ocupação do MST na PB104, mas ao separarem de seus respectivos maridos, elas perderam a posse e ficaram associadas aos lotes dos filhos.

O que chama atenção é a forma como elas participam ativamente das ações coletivas na associação e tiveram assistência da AS-PTA. Mas um exemplo da forma de alimentação, como o cuscuz sem transgênicos, não está inserida no cotidiano dessas agricultoras, onde sempre é comprado os de produção convencional. Aspectos como união e parentalidade se dá, também, através do casamento entre filhos. O acesso à terra é uma questão debatida nas reivindicações por políticas públicas para as mulheres do campo, principalmente, em tempos de constituição de uma identidade social.

Estudar as relações de parentesco observadas na região Nordeste, Woortmann (1995, p. 69), indica que há “uma relação de filiação socialmente reconhecida”. Percebe-se que as relações de confiança sempre partem das pessoas que estão há mais tempo envolvidas com as atividades do sindicato e das ONG’s, como Vânia, Maria de Nazaré. Mulheres como Suzana, que cresceram acompanhando o trabalho da agroecologia, reconhecem muitas pautas políticas, e apontam nas suas falas e posicionamentos.

Figura 24 – Conversa com Maria de Nazaré no Galpão do Assentamento Queimadas, onde estava responsável pela venda dos produtos da família.



Fonte: Foto realizada por Amália Marques (agosto, 2022)

A camponesa comentou que a areia utilizada para a construção do galpão foi do quintal de sua casa, que ficava na fronteira do assentamento, na margem de um rio, um rio temporário da região.

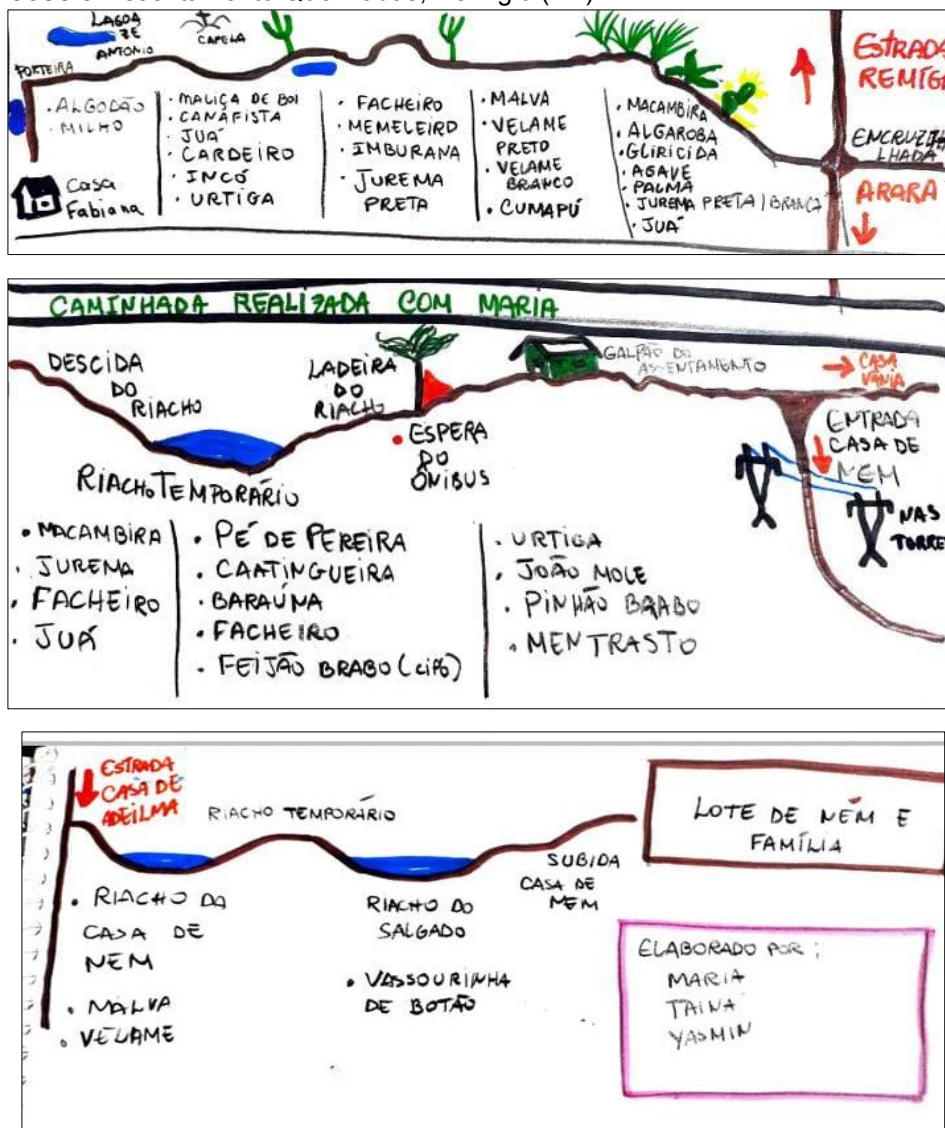
Na maior parte dos casos apresentados, há um sentimento de pertencimento ao lugar, ligado a terra, mas também a presença de filhos assentados, parentes, compadres e vizinhos nas proximidades. Assim como suas comadres, a Maria de Nazaré foi casada com assentado e perdeu o acesso à terra ao se separar de seu companheiro, sendo o desentendimento e as agressões os principais motivos da separação. Agora, elas, as mulheres separadas, estão agregadas ao Assentamento Queimadas, em lotes dos filhos.

Para existir uma produção orgânica, as mulheres registram as atividades na caderneta agroecológica, visto que detalhes como a questão do corte de terra, mas acerca das atividades com os roçados, a utilização de biofertilizantes, são registrados nos cadernos de campo, previamente elaborados pela Rede Borborema de Agroecologia. De acordo com as entrevistadas e associadas à rede, nenhuma utilizam agrotóxico, com ênfase para a origem.

As mulheres entrevistadas, no ano de 2023, participaram das atividades durante as visitas de campo. Observando o grupo destacado, percebe-se a relação entre irmãs, mãe, comadre, sogra, a qual é evidenciada por Woortmann (1994). Entende-se, portanto, que o parentesco está muito presente, assim, a “linguagem da terra é o verdadeiro sujeito das práticas matrimoniais, e das práticas de herança”. (WOORTMANN, 1994, p. 258).

Ao caminhar entre as casas, elaboramos uma caminhada, registrando e desenhando a partir da interlocutora Maria, descrevendo as plantas, proprietários, barreiros, estradas e trechos como descida e subida do riacho.

Figura 25 – Caminhada transversal da casa de Maria para a da sua filha Josefa Assentamento Queimadas, Remígio (PB)



Fonte: Elaborado por Maria, Tainá e Yonara (, fevereiro de 2023)

Sobre o uso do tempo e da matriz das tomadas de decisões (Figura 22), propostos em Verdejo (2010) como as atividades de lavar roupa, alimentação ou cuidado com as crianças, observa-se a atuação do companheiro nas atividades de preparo do café, alimentação dos animais, busca por lenha, limpeza do mato. Enquanto as filhas reproduzem as mesmas atividades, exceto o banho das crianças ou preparo do café. Tal dimensão aponta para a condição de trabalho constante,

representada por um cotidiano de muitas mulheres camponesas onde o cuidado com as crianças é de exclusividade delas.

Figura 26 – Matriz do Uso de Tempo elaborado pelas filhas de Josefa, Assentamento Queimadas, Remígio (PB).

USO DE TEMPO			
ATIVIDADES	Recebe AJUDA		
	ESPOSO	MENINAS	MENINOS
Trabalhar no campo		•••	
Fazer comida	•••	••	
Plantar café	•••		
Trabalhar no campo		•••	
Coletar água para beber	••	•••	
Trabalhar no campo		••	
Trabalhar no campo	•••	••	
Trabalhar no campo			
Trabalhar no campo		••	
Trabalhar no campo		•••	
Coletar água para beber	•••	••	
Trabalhar no campo	•••	•••	
	AJUDA MUITA	AJUDA POUCO	FAÇO SOZINHA
Legenda	•••	••	

Elaborado pelas filhas de Josefa (, fevereiro de 2023)

Este tópico pretende-se apresentar como a Rede Borborema de Agroecologia apresenta suas ações participativas, junto com integrantes da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e instituições como a Embrapa Algodão. O interesse da visitação era com o Coletivo Feminino, para tratar sobre a implementação e experiência das mulheres, as quais se destacam pela organização produtiva, coletivização das atividades e lideranças ativas nos processos sociais do assentamento.

Dessa maneira, foi possível estabelecer diálogos entre os caminhos do Assentamento Queimadas, realizando visitas às residências para apresentar as experiências, como as cisternas de calçadão utilizadas para secar as sementes. Nesse momento, as mulheres e os visitantes trocaram experiência entre ações e práticas, como armazenamento de água das chuvas, manejos de solo e controle de pragas.

Figura 27: Maria apresentando as formas de captação de água para os animais, no lote da filha Josefa, Assentamento Queimadas.



Fonte: Autora (2023)

Na imagem, Maria explica o funcionamento da cisterna arrastão, que é utilizada para o consumo dos animais, principalmente captar a água de um relevo íngreme. Existem outros tipos de cisterna no assentamento, neste lote, percebe-se

Reunidos em um círculo por meio de uma mesa de conversa, todos que estiveram presentes relataram que, diante da experiência, foi possível constatar uma organização e um conhecimento acerca da vida das mulheres no Assentamento Queimadas. Scott (2000, p. 147) vai caracterizar as formas de atuação e poder no que se refere a vida cotidiana, que foi a apresentação de suas práticas sem constrangimento ou orientações performáticas, compreende-se que *“ninguma de las praticas ni de los discursos de la resistència pueden existir sin una coordinación y comunicacion tácita o explícita dentro del grupo subordinado”*.

Figura 28: Vânia recebendo uma lembrança da representante da FAO, no Galpão do Assentamento Queimadas



Fonte: Autora (2022)

Cecília, representante da Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, identifica “boas experiências que possam continuar como exemplo para outros países, adaptando as necessidades”. Para Cruz (2014, p. 44) é preciso “compreender as diversas formas de luta, insurreições e subversões que ganharam força e intensidade nas últimas duas décadas na América Latina”.

A representante falou sobre o projeto +Algodon, idealizado no Peru que trabalha o resgate dos saberes na cultura do Algodão Pim, o qual, por meio de suas ações, também busca contribuir com a erradicação da pobreza, combate à fome rural, igualdade de gênero, autonomia das mulheres agricultoras, desenvolvendo ações entre eixos transversais que dialogam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Enfatizou sobre o “saber agroecológico e que as mulheres nas posições de organização e produção são fundamentais para gerar mais renda e fortalecer esses países”. (Assentamento Queimadas, agosto de 2022)

O diretor da Embrapa Algodão, Alderi, relembra o ambiente de segurança alimentar e as atividades com o algodão. Falou sobre a memória da família, desse cotidiano bucólico na época de seus pais e avós. Apontou que “as mulheres não falavam, mulheres não falavam muito, e são as mulheres o ponto do equilíbrio da família”, apontando para o que é falado durante a afirmação das mulheres em seus discursos acerca da atuação e participação nas assembleias e reuniões. De acordo com os pesquisadores da Embrapa, como Nair Helena Arriel, “a importância do algodão orgânico nos elos e segmentos do ecossistema têxtil sustentável brasileiro se tornou uma frente nova para a Embrapa Algodão nos últimos anos” (Figura 16).

Figura 29 – Cisterna Calçadão com sementes de milho e de girassol, Assentamento QueimadaS



Fonte: Pedro Aguiar, autor da exposição das sementes.

Nesse sentido, Alderi finaliza sua fala da seguinte forma: “é necessário enxergar as realidades, fortalecer essas iniciativas com mais pesquisadores. Que a Embrapa não seja apenas fortalecimento do agronegócio”, deixando muito nítido como ainda é uma prática hesitada entre cientistas do campo no que tange à produção e à modernização agrícola.

Figura 30 – Visita da FAO no roçado do Coletivo Feminino e do Alexandre no Assentamento Queimadas, Remígio (PB)



Fonte: Marques (2022).

Outra experiência com o Coletivo foi durante o Dia de Campo da Embrapa (Figura 17). Mesmo com a participação ativa do Coletivo Feminino, foi possível conciliar a realização da II Feira da RBA e a consolidação de três equipes, havendo uma divisão por grupos para cada área de experimento.

A metodologia objetivou a participação para que todos acompanhassem o desenvolvimento dos experimentos. As mulheres atuando nas coordenações dos grupos, por exemplo, Vânia, coordenadora do Coletivo Feminino, ficou responsável pela área experimental do Roçado das Mulheres.

Vânia e Amália intermediaram o diálogo no roçado, houve uma certa euforia no momento, visto que passava de 10h30am e a exposição ao sol juntamente à organização coletiva necessitaram de uma agilização e de um encurtamento do tempo (Figura 18). Mas tamanha agitação também representou uma grande

Figura 31 – Momento da distribuição das pulseiras, onde Suzana orienta a inscrição do nome e entrega a pulseira. No Galpão do Assentamento Queimadas



Fonte: Autoria própria (2022).

O Galpão é palco de muitos eventos e reuniões, e abre o espaço para alguns roçados, que são utilizados como áreas experimentais de múltiplas experiências. Para compreendermos a implementação do roçado, tivemos a visita de campo que intercalou por outros campos de experimento em todo assentamento, nas áreas de produtores orgânicos e agroecológicos, como no caso do Roçado do Coletivo Feminino (Figura 19).

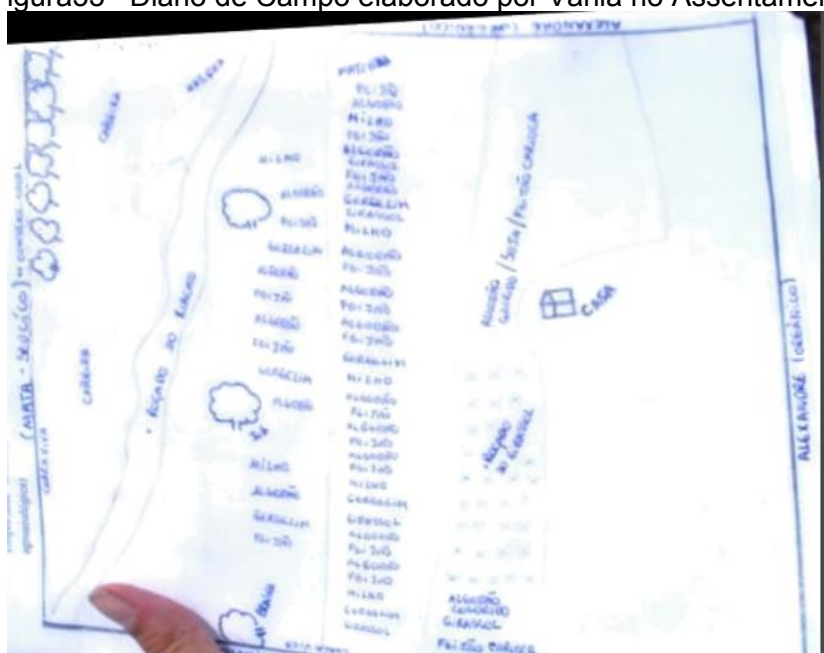
Figura 32 – Chegada no Roçado das Mulheres no Assentamento Queimadas, lote da família de Vânia.



Fonte: Autoria própria (2022).

No momento da experiência de campo, a coordenadora Adivânia (Vânia) apresentou-se e agradeceu a presença dos colaboradores. Verbalizou que o roçado está com um pouco de mato, pois neste ano teve muita chuva (Assentamento Queimadas – outubro 2022). A partir da experiência, Vânia compartilha o desenvolvimento e os processos da certificação nesse roçado, apresentando o Caderno de Campo ou Diário de Campo (Figura 20).

Figura33– Diário de Campo elaborado por Vânia no Assentamento Queimadas



Fonte: Arquivo Pessoal (2022).

No diário de campo (Figura 20), foram anexadas todas as informações importantes da área e de tudo o que pode ser ou foi realizado no roçado. O primeiro consórcio de experimento foi realizado com o Girassol, com maior proximidade com o galpão. O segundo plano de manejo foi confeccionado no local, além da organização, do planejamento e da identificação se havia a presença de pragas.

Percebeu-se a predominância de consórcios, cercas vivas e de matas que distanciam as produções, mesmo que a dos vizinhos sejam convencionais. Os conhecimentos sobre as fronteiras são essenciais para o reconhecer as produções vizinhas, e a permanência da vegetação.

A implementação da utilização do consórcio visa a melhoria do solo, a experimentação de culturas que são desenvolvidas pelas instituições do Estado e aos planos de desenvolvimento territorial.

plano de manejo, a fim de entender quais serão as medidas a serem tomadas para cada ano nesses roçados.

Figura 35: Finalização do campo na área experimental do Coletivo Feminino, contando a história de implementação do roçado enquanto espaço coletivo das mulheres. Assentamento Queimadas.



Fonte: Autora (2022)

Apenas a soja é um interesse de pesquisa da Embrapa, mas ela foi aceita pelos agricultores para realizar experimento e para servir de alimentação animal.

Sobre as pragas, esse ano deu lagarta e formiga, usamos óleo de nim¹² e a mamona para combater, mas o principal é o consórcio, como plantar as coisas para as formigas também, o caso do gergelim, o consórcio é o controle (...) e o vazio sanitário do algodão, que tem que arrancar, pois é isso que faz a praga vir. Mesmo deixando o gado comer, pode ir criando uns e ir atrapalhando os outros (VÂNIA).

Acerca do selo que emite o certificado, foi inicialmente contado por Amália sobre os abusos sofridos pelos agricultores. Tais abusos referiam-se ao custo da produção de algodão e a desvalorização da força de trabalho de todas as famílias, como era antes de 2006, pois era comercializado por rama sem nenhum tipo de beneficiamento, bem como se referiam às empresas e aos conflitos entre agricultores.

“Demorou 3 anos para sair o selo da Rede Borborema de Agroecologia” nos conta Amália, sempre direcionando para olhar com delicadeza para a resistência e adaptação camponesa frente às exigências de uma padronização e um sistema, visto que são os agricultores que fazem sua certificação acontecer, caracterizando-se na ideia de autonomia e gestão socioambiental.

¹² O NIM, (*Azadirachta indica*) é uma planta originária da Índia, introduzida no Brasil em 1982. Disponível em: <http://www.esplar.org.br/produtos/nim.htm>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Hoje não é difícil, mas no começo a gente achava que não tinha experiência. Mas tudo na vida tem que ter a primeira vez e a primeira vez foi em Juarez Távora, os dois ficais ficaram olhando para ver se a gente faz a certificação direitinho. A desse ano foi aqui, no roçado do coletivo feminino, mas durou apenas um dia, mas geralmente é uma semana (Vânia durante o Dia de Campo da Embrapa no Assentamento Queimadas, Remígio - 2022).

Relacionada à assistência técnica, a Rede Borborema de Agroecologia tornou-se um apoio aos agricultores do Assentamento Queimadas, visto que a Embrapa participa com suas experimentações e que não existe verba para Assessoria Técnica garantida por políticas públicas, mesmo assim existe um custo sobre a produção e o grupo de agricultores. Sobre isso, Amália ressalta que:

Hoje não existe assistência técnica do Estado. A Embrapa faz o serviço de pesquisa e não técnico. Desde 2016, não teve mais assistência, é após o golpe que pra vocês terem uma ideia, muitas agricultoras dentro do assentamento tiveram suas DAP canceladas. É uma questão política (Vânia, durante o Dia de Campo da Embrapa, no Assentamento Queimadas).

De acordo com a Sobreiro Filho et al (2018, p.2), o golpe de 2016 no Brasil esteve atrelado a defesa de privilégios econômicos para os ruralistas, drenando cada vez mais recursos estatais para o modelo hegemônico”. Isso trouxe como um dos principais resultados a intensificação da questão agrária a partir do corte brusco nos programas sociais relativos à produção de alimentos e a assistência técnica e extensão rural nas áreas de reforma agrária. O caminho utilizado pelos movimentos sociais do campo foram as manifestações através das redes sociais (durante a pandemia de Covid 19) e as marchas nas ruas no período pós pandemia (2022).

4.4. As lutas do campo se ganham na cidade

A Marcha pela vida das Mulheres e Pela Agroecologia (Figuras 25 e 26) no município Montadas. Reuniu uma diversidade de debates acerca da vida das mulheres camponesas e dos enfrentamentos sobre a qualidade do meio que vivenciam. Diante das monopolizações do capital, muitos territórios de bem-viver estão ameaçados, e na marcha essas questões foram evidenciadas.

De acordo com o jornal A Verdade¹³ “nesta quinta (16), ocorreu a 14ª Edição da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. O tema da atividade foi a defesa do território agroecológico, denunciando o avanço dos parques eólicos e usinas solares na região de Montadas, na Paraíba.

Figura 36 – 1º trio da Marcha, cantando e puxando as canções, Montadas - Paraíba



Fonte: Thiago Romeu, 2023.

Figura 37 – Estandarte das Mulheres camponesas de Remígio, durante a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, Montadas - Paraíba



Fonte: Thiago Romeu (2023)

Ao longo da marcha, foram identificados movimentos (Figuras 27 e 28) de organização política sobre os direitos, expressando alguns desafios, rompendo barreiras em seus espaços pessoais, favor da preservação da biodiversidade local, principalmente no território da Borborema.

¹³ <https://averdade.org.br/2023/03/14-edicao-da-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia-sai-as-ruas-de-montadas-na-paraiba/>

Figura 38 – Mosaico de fotos dos Grupos e organizações sobre os direitos das mulheres na 14ª Marcha pela vida das mulheres e pela Agroecologia, Montadas -PB



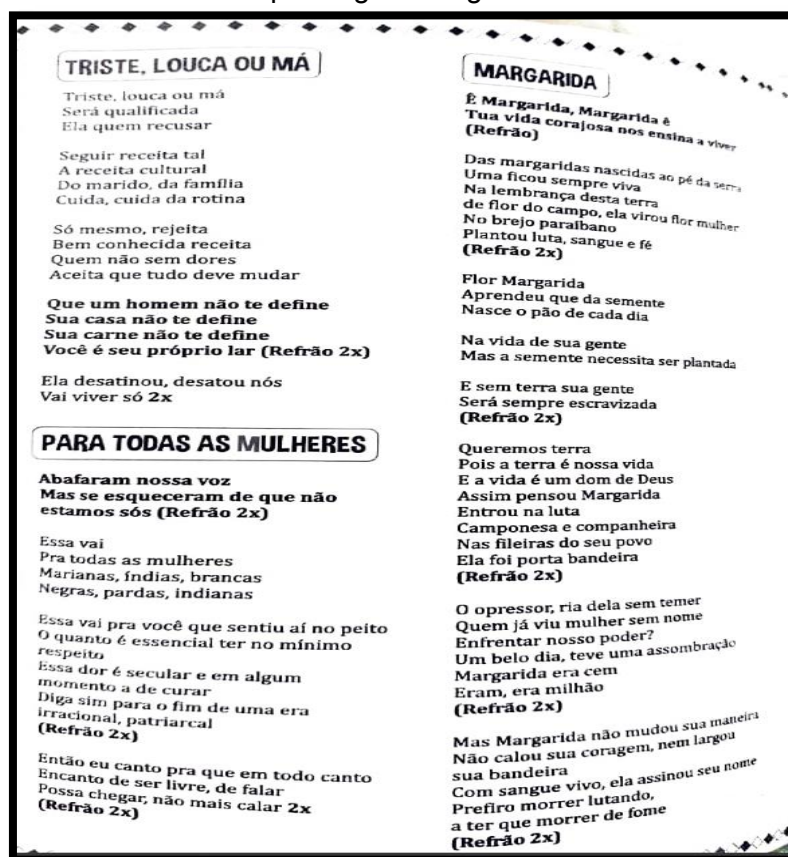
Fonte: Thiago Romeu (2023)

Figura 39 – Grupo de agricultoras com seus instrumentos de trabalho como matraca, cheias de sementes de milho e feijão ao som de “Plantadeira”, Montadas Paraíba



Fonte: Thiago Romeu (2023)

Figura 40 – Canções da Marcha pela vida das Mulheres e pela Agroecologia



Fonte: Autora (2023)

As músicas denotam a amplitude da luta que a agroecologia e o debate de gênero problematizam no território da Borborema. Mulheres contra a objetificação de seus corpos, contra a violência doméstica, o destaque para autonomia por estarem na rua e a luta, contra os Parques de eólicas e energia solar, por danos além do ambiental como psicológicos e auditivos.

Entende-se a partir de Cruz (2014, p. 40) sobre como os movimentos se distinguem atualmente, principalmente, destacando “essas (re)configurações identitárias não são gratuitas, são novas estratégias de luta por direitos, formas de garantia de direitos sociais e culturais, notadamente, o chamado “direito étnico à terra”.

4.5 O plantio e o cuidado: trabalhos indissociáveis

As mulheres entrevistadas, no ano de 2023, participaram das atividades durante as visitas de campo. Observando o grupo destacado, percebe-se a relação entre irmãs, mãe, comadre e sogra, a qual é evidenciada por Woortmann (1994).

Entende-se, portanto, que o parentesco está muito presente, assim, a “linguagem da terra é o verdadeiro sujeito das práticas matrimoniais, e das práticas de herança”. (WOORTMANN, 1994, p. 258).

Ao caminhar entre as casas, elaboramos uma caminhada, registrando e desenhando a partir da interlocutora Maria, descrevendo as plantas, proprietários, barreiros, estradas e trechos como descida e subida do riacho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Rede Borborema de Agroecologia apresenta uma articulação acerca da organização territorial dos grupos sociais que trabalham na valorização de saberes e interesses por um bem comum. É possível perceber as relações frente ao campo-cidade, visto que as plumas de algodão são utilizadas para diversos usos, incluindo a fibra têxtil de roupas e calçados.

A prática do algodão orgânico agroecológico é uma experiência, frente aos saberes que são reconhecidos no cotidiano das mulheres camponesas. A certificação participativa garante para toda produção vegetal e primária, seu certificado. A trajetória de vida das mais velhas revela uma aproximação com as práticas, por exemplo, na forma de como fazer a vassoura da palha de Macambira, conhecer os remédios – como lambedor e xarope. Esses conhecimentos não podem ser vendidos para as empresas capitalistas, e, sim, validados enquanto um saber, um patrimônio, resistente aos modelos de modernização agrícola que afetam a saúde humana.

A certificação participativa ocorre a partir da prática de um coletivo, visto que já eram práticas presentes em seus territórios e que o registro valida o território. Os padrões normativos com bases nas leis são leituras difíceis, e o papel dos Técnicos extensionistas em trabalhar com bases agroecológicas é fundamental para a acreditação desta prática. O papel e olhar direcionado para autonomia dos camponeses deve ser estimulado pelas figuras dos técnicos.

As mulheres da RBA apresentam mobilidades, articulações com movimentos sociais e o trabalho com a educação. Sobre as divisões de atividades, foi possível observar que, mesmo frente ao espaço rural no qual os fatores de violência contra a mulher são evidentes, os grupos que trabalham na perspectiva agroecológica tentam inserir práticas de divisão de tarefas, como fazer o café nas manhãs, compras na cidade. No entanto, as atividades de casa são de total responsabilidade e

encaminhamento das mulheres, assim como os registros nos cadernos de campo, pois estas apresentam um nível maior de escolaridade comparado aos companheiros.

O trabalho com a agricultura não é permanente no assentamento, o que direciona muitos dos companheiros a dedicarem seu tempo do dia trabalhando na pedreira, na extração de rochas para construções de calçamentos. O trabalho na pedreira, segundo algumas mulheres, é visto como o de valor, mas essa condição exclui a narrativa de que seus trabalhos são pesados, e o enfrentamento ao machismo, misoginia e racismo são colocados de lado, diante do grande nível de ocupação e trabalho dessas mulheres.

A Agroecologia articula mulheres e garante muitos debates para o bem viver das comunidades, principalmente no que se refere ao cuidado e qualidade de vida. Cidades como Casserengue, que não possuem implementações de obras como ocorre nas construções de barragens ou açudes, permitem que as famílias com origem neste município, sejam a resistência quando o tema é a utilização de agrotóxicos.

Portanto, a representação da rede das mulheres do agreste da Borborema, significa que é confiança, e que também é união, parceria e trabalho familiar. Essa rede é um controle, todo mundo tem de trabalhar, porque, se um ocorre a quebra de confiança, acaba atrapalhando o outro. Conseqüentemente, uma desmobilização no grupo.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, F. A. *et al.* **Produção orgânica de hortaliças**: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, Embrapa Hortaliças, 2007.
- ANA. **Carta política do IV ENA**: agroecologia e democracia unindo campo e cidade. Rio de Janeiro: AS-PTA: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2018.
- ANDRADE, Manuel Correia de . A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8º ed. Cortez, São Paulo, 2011. 334p.
- BARBOSA, Izabel. **O Algodão sem veneno do Assentamento Queimadas, na Paraíba**: Agentes sociais, alinhamento em rede, produção e comercialização. Natal: PPGA, UFRN, 2014. 182p.
- BASTER, Raquel. O silenciamento das mulheres camponesas em situação de conflitos no campo e as sementes que anunciam suas resistências. *In*: CANUTO, Antônio. *et al.* (org.). **Conflitos no campo**: Brasil 2018. Goiânia: CPT Nacional, 2019, p. 83-88.
- BRASIL. Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Brasília: MAPA, 2020.
- BRASIL. Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Sistema de informações gerenciais da produção orgânica (Sigorgweb)**. Manual do usuário: solicitação de cadastro de credenciamento de certificadora. Brasília, DF: Mapa, 2021.
- BRASIL. **Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003**. Brasília, DF: Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- CHAYANOV. A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nuevas Visión, 1974, 342 p.
- COSTA, F. A; CARVALHO, H. M. Campesinato. *In* CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- COSTA, Manoel Baltazar B. **Agroecologia no Brasil**: história, princípios e práticas. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 141 p
- CRUZ, Valter do Carmo. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. *In*: CRUZ, Valter do Carmo. (org.). **Identidade, território e resistência**. 1. Ed. Rio de Janeiro, 2014
- FEDERICI, S. **O Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação Primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FiBL; IFOAM. **The World of Organic Agriculture**. [S. l.]: FiBL, 2023. Disponível em: <https://www.fibl.org/de/shop/1254-organic-world-2023>. Acesso em: 10 fev. 2023

FONSECA, M. F. A. C. **Agricultura Orgânica**: introdução às normas, regulamentos técnicos e critérios para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil. Niterói: PESAGRO/Programa Rio Rural, 2009. 64p. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/wpcontent/uploads/2013/09/Acesso-Mercados-Pesagro-Manual-19.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983. GABOARDI, S. C.; CANDIOTTO, L. Z. P.; RAMOS, L. M. Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011 – 2016). **Revista Nera**, [S. l.], n. 46, p. 13-40, 2019.

GARCIA, M. F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. 216f. Tese (Doutorado em Ciências e Tecnologia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. 2004.

GEBARA, Ivone. **A mobilidade da senzala feminina**: mulheres nordestinas, vida melhor e feminismo. São Paulo, s. n., 2000. 115p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Carlos W. Porto da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In GONÇALVES, Carlos W. (org.). **La guerra infinita Hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: Clacso, 2002. p. 1-40.

GONZAGA, Douglas de Araújo. **Resultados e significados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares de Pereira Barreto (SP)**. 2015. 159f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Ilha Solteira, 2015.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. São Paulo: Campus, 2008.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p.115-147, 2008.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**. [S. l.], 29, p.11-24, jan. 2007.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. **Sistemas Participativos de Garantia do Brasil**: Histórias e Experiências. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

IFSULDEMINAS. **Legislação de produção orgânica no Brasil**: projeto de fortalecimento da agroecologia e da produção orgânica nos SPG e OCS brasileiros. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Fórum Brasileiro de SPG. Pouso Alegre: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, 2016. 19 p.

LAURINO, Marcelo S. **Mecanismos de Garantia e Qualidade Orgânica**: certificadoras, SPG e Controle Social. São Paulo: SIGAM, 2017.

LIMA, Aline Barboza de. **Camponeses e feiras agroecológicas na Paraíba**. 2017. 186f. Tese (Doutorado Ciências e Tecnologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01022018-114224/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

LIMA, Sandro K.; GALIZA, Marcelo; VALADARES, Alexandre; ALVES, Fábio. **Produção e consumo de produtos orgânicos no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2020.

MARQUES, Maria Amália. **Autonomia ou submissão?** Uma análise sobre mecanismos de certificação orgânica adotados pelos agricultores familiares do estado da Paraíba. 2019. 187f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária**: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO. 2000. 239f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2010

MOREIRA, E.; TARGINO, I. Espaço, capital e trabalho no campo paraibano. **Revista Da ANPEGE**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 147-160, 2017.

MOREIRA, Isabel Martins. **O algodão sem veneno do Assentamento Queimadas, na Paraíba**: agentes sociais, alinhamento em rede, produção e comercialização. 2012. 182f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Tradução de Elaine Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A agricultura e a Indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, p. 5-64, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Mariana Borba. **Paraíba Agroecológica**: elementos de autonomia e reprodução camponesa. 2021. 192f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

PALUDO, Conceição; DARON, Vanderleia Laodete Pulga. Movimento de mulheres camponesas (MMC Brasil). *In*. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário de Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, Maria do Socorro Barros *et al.* **Territorialidade camponesa no alto sertão paraibano**: a reestruturação da feira agroecológica de Cajazeiras-PB. [S. l.: s. n.], 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *In*: SADER, Emir (org.). **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.

RABELLO, Diógenes. **Campesinato e agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema**: os desafios para a transição agroecológica. [S. l.: s. n.], 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Atica, São Paulo, 2011. 242p.

REIS, Maira. "Estudos de Gênero em Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 11, 2015.

RODRIGUES, Fátima Ferreira. **Do campus ao campo**: olhares sobre políticas públicas dirigidas à pobreza rural no estado da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011, 264P.

SANTOS, Dorival. Cartografia social: o estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da Geografia. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, [S. l.], p. 273–293, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2446-6549/interespaco.v2n6p273-293>. Acesso em: 24 set. 2022.

SANTOS, Maria Rejane Ferreira dos. **Análise social e econômica dos assentamentos rurais do município de Areia-PB**. 2014. 201f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Ediciones Era, S.A. México, 2000. 314p.

SEEMANN, Joorn. A cartografia do cotidiano, mapas não convencionais e um atlas de narrativas. **Geograficidade**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 102-104, 2012.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e território em disputa**. São Paulo, s. n., 2008.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. [S. l.: s. n.], 2016.

SOBREIRO FILHO, José. *et al.* **O golpe na questão agrária brasileira**: aspectos do avanço da segunda fase neoliberal no campo. [S. l.]: Boletim Dataluta 122, 2018.

SOUZA, M. M. O. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP). **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 8, n. 1, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20380>. Acesso em: 29 mar. 2023.

STAMATO, Beatriz; MOREIRA, Rodrigo M. **Metodologias participativas em agroecologia**: redes, processos e estratégias rumo a uma Pedagogia do Alimento. Santa Catarina: UFSC, 2017. v. 22

VASCONCELOS, Andréia. **Mulheres e sementes crioulas**: construção da Agroecologia e da Autonomia Feminina em Remígio - Paraíba. 2020. 211f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático/DRP. Brasília, DF: MDA/ Secretaria da agricultura familiar, 2006. 62p.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

XAVIER, Simón Fernández; DOLORES, Dominguez Garcia. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n. 2, abr./jul. 2001.